

Debate Temático

*"Combate à pobreza e a estratégia de redução da população em
situação de sem-abrigo"*

Debater

Casa da Cidadania

LISBOA

**Combate à Pobreza e a Estratégia
de Redução da População em
Situação de sem-abrigo**

Debate Temático

Local: Fórum Lisboa (antigo Cinema Roma, Av. Roma, 14P)
Data e hora: 29 Maio e 5 de Junho 2019 das 17.30 - 20.30

RELATÓRIO FINAL

FEVEREIRO 2020

Nota Introdutória

Este debate foi efectuado por proposta do Grupo Municipal do PSD ([Proposta 004/PSD/2019](#)).

Este tem sido um tema muito caro a esta Assembleia, como se pode constatar pelo número de Recomendações apresentadas pelas várias forças políticas aqui representadas no âmbito da temática.

Salienta-se finalmente o [Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo 2016 – 2018](#), estava então a ser objecto de revisão, pelo que se pretendeu que este debate funcionasse como portador de contributo para a sua elaboração.

Mais se refere que, desde então, a proposta de “Programa Municipal para a Pessoa em situação de Sem-Abrigo 2019-2021” foi objecto de apresentação e discussão na 6.ª CP da AML, foi entretanto aprovada em reunião da CML, publicada em Boletim Municipal, submetida a Consulta Pública, reformulada em função desta última, apresentada publicamente e enviada pela CML para a AML para aprovação, e está neste momento para apreciação e emissão de parecer na 6.ª CP.

1.ª Sessão | “O que pensamos”

29 de Maio de 2019

Moderado pela Senhora Deputada Ana Mateus (PSD)

Oradores convidados:

Dr. Paulo Santos - Diretor do Departamento dos Direitos Sociais

Dr. Hunter Halder - Fundador da *Re-food* em Lisboa

Sr. Nuno Almeida - Representante da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses

Prof. Carlos Farinha Rodrigues – Professor do ISEG

Relatores da primeira sessão:

Diogo Moura (Deputado Municipal do CDS-PP)

Isabel Pires (Deputada Municipal do BE)

Intervenções dos Oradores:

Dr. Paulo Santos – Iniciou a sua intervenção detalhando a forma como o Departamento, criado há seis anos, está organizado e quais as suas formas de atuação.

Referiu que o Departamento toca em dezanove áreas diferentes da cidade de Lisboa e deu um exemplo: a empregabilidade, a qualidade de vida, o voluntariado, a juventude, a igualdade de género, a deficiência, a interculturalidade, as famílias, os sem-abrigo, o envelhecimento, as vulnerabilidades, etc. Diariamente dão resposta imediata a todas estas problemáticas, sendo que muitas delas se cruzam.

Referiu que nos últimos anos a Câmara Municipal tem abordado estas temáticas, de uma forma direta, com apoios diretos nesta área, de combate à pobreza, mencionou o Fundo de Emergência Social, a título de exemplo. Vários programas e planos municipais foram sendo construídos para criar um caminho que oriente a estratégia da CML na intervenção nestes problemas.

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Mencionou a Doutora Teresa Craveiro, com quem teve oportunidade de trabalhar durante muitos anos, e referiu que a estratégia e o planeamento são muito importantes no apoio à decisão política.

Referiu que a Rede Social de Lisboa, atualmente conta com mais de quinhentos parceiros.

É uma comissão tripartida entre a Câmara, Santa Casa da Misericórdia e Segurança Social, presidida pela Câmara Municipal de Lisboa, cujo plano de desenvolvimento social irá até 2021, tendo sido constituídos oito grupos de trabalho, criados por instituições, organizações locais, que criaram os seus próprios planos de ações e as recomendações.

Disse ver a estratégia da estratégia da Câmara Municipal, na abordagem à questão do combate à pobreza, como uma estratégia de prevenção, criando creches, melhorando o parque escolar, apoiando os manuais gratuitos, mas também com centros intergeracionais e apoiando várias instituições que estão em contacto direto com a população.

Mencionou a “RedEmprega” como sendo um projeto de empregabilidade, dirigido essencialmente às pessoas com maior vulnerabilidade, e também o “Lisboa cidade para todas as idades, pois lembrou que em pouco tempo se passará dos atuais 25% da população com mais de sessenta e cinco anos para valores bem acima deste.

Referiu que o envelhecimento também é uma questão preocupante, não numa ótica de problemática, ser idoso não é um problema, ser idoso é um recurso, mas considerou que há que saber maximizar o seu potencial, mas lembrou que também podem surgir algumas problemáticas ligadas à pobreza. Para dar resposta foi criado “O Lisboa Cidade para todas as Idades”, que visa dar resposta a esta dimensão do envelhecimento.

Terminou a sua intervenção resumindo que a abordagem da CML e dos Direitos Sociais no combate à pobreza faz-se, ou deve ser feita, essencialmente através da

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

prevenção referindo que quanto mais cedo tiverem conhecimento do que se passa no território, mais cedo poderão ser dadas respostas com mais segurança e maior antecipação, que salvaguardem as questões ligadas à pobreza

Dr Hunter Halder - REFOOD

Iniciou a sua intervenção saudando todos os amigos presentes de diversas freguesias. Referiu que entende que a única solução na erradicação do combate da fome, neste momento, é na comida, sendo esta a área onde o *Re-food* intervém.

Na problemática das pessoas sem-abrigo, obviamente a solução é abrigo, e espera que se possam encontrar soluções viáveis neste campo.

Entende que a fórmula da Re-food pode ser replicada noutras áreas, pois não existindo recursos públicos para financiar as atuações necessárias, disse que muitas vezes eles existem já nas comunidades e lembrou que podem e devem ser aproveitados.

Passou a descrever, através de um PowerPoint, a forma de atuação da Re-food, descrevendo sumariamente o problema a que a Instituição pretende dar resposta, a forma como procurou na comunidade os recursos necessários e como os utiliza e distribui a quem deles necessita.

A missão tem três pontos: resgatar comida, alimentar pessoas e incluir toda a comunidade, sendo esta última, a mais importante. Lembrou que em todas as comunidades do mundo existem excedentes alimentares diariamente, e nessas mesmas comunidades existem pessoas necessitadas.

Em todas as comunidades também existem voluntários disponíveis para colaborar duas horas por semana. São esses voluntários que recolhem a comida nos parceiros da Re-food, a separam e distribuem nos núcleos e a entregam a quem deles necessita.

Lembrou que toda esta massa de humanidade e de parceiros de todo o país têm um impacto social mas também ambiental, pois cada refeição que resgatem vai alimentar alguém, isto é, a parte social, mas cada refeição que resgatem não polui o ambiente.

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Atualmente, existem cinquenta e uma comunidades em pleno funcionamento, seis mil e quinhentos beneficiários, que recebem apoio alimentar, cinco, seis, ou até sete dias por semana.

Cerca de mil e setecentos fontes de alimentos, desde a tasca na esquina, até o Continente são todos parceiros e todos importantes. Atualmente, resgatam cento e cinquenta mil refeições por mês.

Em 2018 resgataram dois milhões de refeições, e isso traduziu-se em mil toneladas de material bio resíduo que não vai poluir o ambiente.

Este é o modelo que funciona muito bem para a Re-food, e deve poder funcionar também para outras respostas que são necessárias, considerou.

Finalizou deixando no ar uma questão: “o que mais é possível fazer?”

Sr. Nuno Almeida

Iniciou a sua intervenção referindo que o seu contributo para este debate se iria centrar na questão da pobreza laboral, nomeadamente naqueles que apesar de trabalharem não conseguem sair do limiar da pobreza ou correm o risco de nela cair. Considerou que se a pobreza é sempre injusta ainda mais o é quando atinge os que trabalham e auferem baixos rendimentos que os condenam à pobreza. Considerou que o tempo que vivemos é de competição à escala mundial, onde o nivelamento dos salários é feito por baixo.

Citou números europeus para demonstrar que a percentagem de trabalhadores portugueses em risco de pobreza é superior à média europeia. Considerou que o salário auferido é determinante para a vida dos trabalhadores e suas famílias ao longo de toda a vida laboral e posterior reforma.

A estes baixos salários soma-se, referiu, a precariedade laboral que agrava este problema.

Referiu que quanto menor é a intensidade laboral, maior é o risco de pobreza, citando o problema dos part-times.

Considerou também como grave o problema dos imigrantes que apresentam um maior risco de pobreza.

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Diretamente relacionado com os baixos níveis de rendimento e maior risco de pobreza está o grau de escolaridade, o tipo de agregado familiar e a habitação ou falta dela inclusive os custos com a habitação devem ser uma preocupação obrigatória das entidades do nosso País, em especial de Lisboa.

Referiu números que demonstram o impacto que os custos com a habitação têm no orçamento familiar e como essa sobrecarga é negativa à economia familiar.

Considerou que é possível empobrecer a trabalhar, e que isto não devia deixar ninguém indiferente. Há que modificar as políticas e promover a alteração do modelo económico aumentando os salários, especialmente os mais baixos referindo que onde há melhores salários há menos níveis de pobreza entre trabalhadores.

Destacou a contratação coletiva como um elemento central para o aumento dos salários e para diminuição da precariedade. Lembrou as medidas introduzidas em 2012 no Código de Trabalho que enfraqueceram a contratação coletiva, como a caducidade dos contratos de trabalho, a adesão individual às convenções, a imposição de uma maior descentralização da negociação coletiva, o fim do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador, vão exatamente no sentido contrário ao que é necessário, promovendo a desvalorização da negociação coletiva, e o enfraquecimento da relação de trabalho e de poder negocial dos trabalhadores.

Professor Carlos Farinha Rodrigues

Iniciou a sua intervenção fazendo uma reflexão sobre as questões da pobreza em Portugal, com particular incidência em Lisboa.

Assim referiu que tem existido uma forma de olhar para as questões da pobreza que tem sido fundamentalmente uma lógica de olhar para o retrovisor, olhando para as estatísticas que geralmente têm um, dois anos de atraso.

Considerou a publicação de dados pelo INE como extremamente importante, mas considerou também como fundamental a existência de um sistema de avaliação e de informação a nível local que permita ter disponível um conjunto de informação

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

que tenha em atenção os aspetos multifacetados que assumem a pobreza nos nossos dias.

Referiu que Lisboa tem alguns motivos para se orgulhar, nomeadamente por ter sido pioneira na criação de um Observatório sobre a pobreza na cidade de Lisboa. Observou ainda que a abrangência é essencial em qualquer processo de combate à pobreza.

O problema não se resolve apenas com medidas para os pobres, considerou mesmo ser ilusório pensar resolver o problema sem medidas de carácter transversal e uma adequada avaliação dos efeitos que as diferentes políticas podem ter sobre a pobreza e exclusão social.

Considerou ainda que as medidas a tomar devem ser capazes de articular medidas de tipo corretor, com medidas preventivas da geração de novas formas de pobreza. Não só se devem ter medidas de combate à pobreza como outras que sejam preventivas, referiu.

Ultrapassar o gap da pobreza, mas com medidas que visem o reconhecimento e a efetivação dos seus direitos.

Muito mais que verbas transferidas para os pobres é essencial ter muito cuidado com a qualidade e eficiência dos projetos e formas de apoio, pois de outro modo o esforço da sociedade perde-se.

Considerou muito importante que se atue a diversos níveis com ações ao nível do sistema educativo, do sistema de saúde e com medidas efetivas de inserção social e integração no mercado de trabalho, pois as políticas sociais por si só não resolvem o problema. Há que ter especial atenção com as crianças e os jovens em situação de pobreza, pois milhares de jovens e crianças em situação de pobreza é algo que não só traduz uma situação de precaridade no presente, mas compromete fortemente o futuro, reforçando os mecanismos de transmissão intergeracional da pobreza.

Considerou essencial que se faça uma política de combate à pobreza e à exclusão social. A pobreza e a desigualdade são duas faces da mesma moeda e devem ser combatidas conjuntamente, referiu.

Referiu que uma política de combate à pobreza e à exclusão social, implica a participação das pessoas pobres na busca de respostas adequadas com respeito

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

pela sua dignidade, interesses e aspirações, mas implica igualmente uma profunda capacidade de articulação entre os organismos públicos e a sociedade civil reconhecendo a complexidade crescente que envolve o combate à pobreza.

Devem incentivar-se consensos tão alargados quanto possível, e a partilha de responsabilidades entre os decisores políticos e as diversas organizações que estão envolvidos no combate à pobreza, sejam Autarquias, sejam instituições particulares de solidariedade social.

Para terminar referiu que estamos perante não só uma violação clara de direitos humanos, mas um dos problemas sociais mais graves do nosso país, que inclusivamente compromete o futuro, compromete o modelo de vida, compromete a coesão social.

Referiu que a pobreza é um travão ao crescimento e ao desenvolvimento económico e uma ameaça à coesão social sendo necessário combatê-la, nomeadamente a passividade em relação ao seu fenómeno.

Para terminar citou a frase que considerou como a mais assassina em Portugal: *“bom, isso pobres sempre houve, e sempre haverá.”*

E referiu que não é verdade! Combater e erradicar a pobreza depende de cada um de nós a pobreza não é uma fatalidade!

INTERVENÇÃO DAS ENTIDADES CONVIDADAS

Dra. Catarina Cruz, do Observatório da Luta Contra a Pobreza em Lisboa

Iniciou a sua intervenção agradecendo, em nome do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa cuja entidade promotora é a Rede Europeia Anti Pobreza Portugal, a iniciativa de trazer a discussão sobre o tema da pobreza à AML. Referiu sentir-se privilegiada por ser o único Concelho do País a ter um Observatório que estuda as questões da pobreza, neste caso, relacionadas com a Cidade de Lisboa.

O Observatório iniciou no ano passado, no âmbito de uma cooperação estabelecida com os parceiros formais, entre os quais se encontra a Câmara Municipal de Lisboa e a Santa Casa Misericórdia de Lisboa, uma reflexão participada entre cidadãos,

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

organizações e decisores, com vista a criar condições para a construção de uma estratégia local de combate à pobreza na cidade de Lisboa, enquanto a discussão sobre a existência de uma estratégia Europeia e ou Nacional de combate à pobreza não se materializa, e porque a realidade local o exige e especificidades locais assim também o permitem, e em resposta à vontade política inscrita no documento das grandes Opções do Plano Lisboa 2018/2021

Mencionou as Grandes Opções do Plano Lisboa, 2018/2021, no eixo “Uma Cidade da Cidadania Para Todos”, que combatem exclusões e defendem direitos e promovem o seu acesso universal, referindo o desenvolvimento de uma Estratégia Municipal de Combate à Pobreza, considerou que o Município de Lisboa, pelas várias atribuições que possui, pode para dar o passo para ser pioneira a nível local na definição de um documento estratégico.

Sendo as causas da pobreza pertencentes a múltiplas dimensões e referindo só algumas, surgem a educação, a saúde, a habitação, a cultura, o emprego, a justiça, a mobilidade, entre outras que não podem ser desligadas entre si para uma resposta completa a nível da prevenção, ação ou reação.

Considerou que em 2018 foi dado o primeiro passo com a proposta do documento denominado Roteiro, que poderá servir de guia para os próximos dois anos, e onde foram identificados vários eixos de intervenção prioritária, como é a governação, o conhecimento, o eixo da comunicação e o eixo da avaliação. Este poderá vir a ser o primeiro patamar para um compromisso político, com vista à existência de uma estratégia local integrada de combate à pobreza em Lisboa, colocando assim esta Cidade como pioneira na abordagem integrada das situações da pobreza, reforçando que tal realidade complexa exige uma abordagem multidisciplinar articulada, contrariando a atuação de políticas e ações soltas e desligadas entre si, podendo impulsionar e alavancar o surgimento de estratégias locais integradas noutros territórios e com outra escala, nomeadamente a nível regional ou nacional. Mostrou-se disponível para desenvolver este assunto e esclarecer questões neste momento, ou em outros, nomeadamente com cada um dos Grupos Parlamentares, em conjunto ou de forma individual.

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Referiu, para terminar, que o Observatório desenvolveu o índice de precariedade social, e ainda em conjunto com o Professor Carlos Farinha Rodrigues o barómetro de pessoas em situação vulnerável, um instrumento qualitativo que é um estudo desde 2011 até ao presente, e que fornece informação muito relevante de Lisboa em números com várias dimensões e recolha de indicadores a nível mais micro. É necessário criar infografias mais visuais para transmitir a informação, de forma mais gráfica, a todos.

Dr. Américo Nave, da Associação Crescer

Iniciou a sua intervenção lembrando que quando se fala de pobreza se fala de pessoas que pela sua situação lutam menos pelos seus direitos e que menos se conseguem ouvir, o que deixa os decisores políticos confortáveis e sentados nas suas cadeiras.

Considerou ainda que parece existir vergonha de falar em erradicação das situações de pessoas que estão em situação de sem-abrigo, parece que as pessoas já não acreditam em que é possível viver numa sociedade sem pessoas a viver sem-abrigo.

Descreveu o Projeto Uma Casa em Lisboa, o *Housing First*, onde até hoje não encontraram ninguém que não quisesse sair da rua. Todos querem ter uma casa onde possam ter as suas próprias regras e definir o objetivo para a sua vida, disse.

Referiu ainda discordar da ideia existente de que as pessoas sem abrigo sofrem de problemas de saúde mental ou dependência de substâncias, considerando que há uma vasta lista de variáveis e de situações que levam as pessoas a ficar em situação de sem-abrigo, dependendo de pessoa para pessoa, mas há uma que é transversal a todos: a pobreza.

Colocou ainda a questão, que já apresentou noutros fóruns: existindo 361 pessoas em situação crónica na Cidade de Lisboa qual é a estratégia para que estas pessoas saiam de uma situação crónica, que estão há 10, 15, 20 anos em situação de sem-abrigo, e se há essa estratégia, quando é que vamos fazer isso? Em 2019? Em 2020? Em 2021?

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Disse que gostava de ter uma data e de perceber quando é que não se aceitará conviver bem com as pessoas em situação de sem-abrigo durante 10, 15, 20 anos. Qual a estratégia, questionou mais uma vez.

É uma matéria que devia ser alvo de consenso entre as diversas forças partidárias, disse.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr Jorge André Moreira

Colocou uma questão concreta relativamente a este tema:

“Verificando-se uma situação de desproteção ou à inexistência habitacional, por via da Lei 7/2007 de 5 de fevereiro, a Lei do Cartão do Cidadão, no seu Artigo 13º nº. 1, “A morada é o endereço postal físico, livremente indicado pelo cidadão, correspondente ao local de residência, onde pode ser regularmente contactado” e nº. 2 “para comunicação com os Serviços do Estado e da Administração Pública, nomeadamente, com serviços de identificação civil, os serviços fiscais, os serviços de saúde e os serviços de segurança social, o cidadão tem que se domiciliar para todos os efeitos legais, no local referido no número anterior”

Mais disse: Ao permanecer numa unidade móvel, automóvel, caravana, *roulotte*, etc., numa habitação não fixa ou contentor, ou na rua verifica-se um vazio legal. Sendo que na ausência de morada recenseada e na inexistência de um procedimento específico necessário para atender às questões suprarreferidas, a morada constante no Cartão do Cidadão e, nomeadamente, as relacionadas com situações de notificações, associadas às Entidades Administrativas e Judiciais, comportam à exclusão de cidadãos do exercício da cidadania.

E ainda: No âmbito da Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 13º, nº. 1, em que “todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a Lei”, e no nº. 2, onde, “Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito, ou isento de qualquer dever em razão da condição social” compreende-se que, apesar de uma condição de insistência de domicílio, em caso algum a cidadania plena, materializado no Artigo 26º, nº. 1, onde “A todos são

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

reconhecidos os direitos à cidadania, e à proteção legal contra quaisquer formas de discriminação” possa ser colocada em causa, pelas razões atrás mencionadas.

Referiu ainda que: No âmbito legislativo e ao abrigo da Constituição da República Portuguesa, no seu Artigo 281 e 283, notificados os Órgãos do Estado competentes, fui informado pelo Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, da Assembleia da República, que tal competência se insere no domínio do Artigo 283, “inconstitucionalidade por omissão”, pelo que tendo sido os Órgãos de Estado, Presidente da República, Provedor de Justiça, notificados, se aguarda resposta sobre as diligências efetuadas e remissão para o Tribunal Constitucional, do mesmo Diploma.

Referiu igualmente, que distribuiu a tal solicitação aos Senhores Deputados Membros da Comissão referida, para iniciativa legislativa, tendo sido submetido no âmbito jurisdicional, em processo no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, e após proferida a sentença, a remissão para o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, Dependência do Conselho da Europa, ao abrigo da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, no seu protocolo número 12, do qual se aguarda decisão.

A liberdade de viver numa Autocaravana, e a tragédia não ter qualquer tipo de solução do direito de exercício de cidadania na sua forma de funcional e íntegra, independente da sua condição social, inalienável, da existência de qualquer cidadão e que lhe garante a sua paz.

Exortou, por fim, os Deputados dos Grupos Parlamentares desta Assembleia, com assento Parlamentar na Assembleia da República, a pressionarem os seus pares, no sentido de dar corpo a uma iniciativa legislativa, que vai ao encontro da resolução desta omissão constitucional, no que se refere a este Diploma em concreto, a Lei do Cartão de Cidadão, terminando no sofrimento, o qual não cumpre qualquer fim.”

Sr. José António Espírito Santo Marin

Referiu que existem muitas estratégias, programas de combate à pobreza, lindos discursos, corta fitas, descerrar de lápides, mas que existem poucas ações concretas para se resolver esta problemática.

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Deu como exemplo o caso de uma Sra. de 83 anos que veio a esta assembleia e cuja Sra Presidente Helena Roseta disse que tudo ia fazer por ela, falar com o Agente de Execução, etc.

Neste momento a Senhora vai ser despejada dia 4, portanto, isto é tudo hipocrisia, disse.

Referiu que as pessoas precisam é de trabalho, de modo a poderem subsistir, não é com o *Re-food*, e restos de sobras de supermercados que se resolve este problema. É com o trabalho, ainda a sua situação que com o despejo deixou de poder trabalhar.

Referiu que o que é necessário é aquilo que a Senhora Presidente de Arroios boicota, não lhe interessa se era o PPD que lá estava, se era o CDS, havia incentivo à mão-de-obra social.

Disse que neste momento, não há nada, nada. Apenas caridadezinha, restos de supermercados!

Referiu ser necessário o combate aos restos com a *Re-food*, mas é como disse aquele senhor, não se pode nivelar só por baixo, há que nivelar por cima, se se pensar que é só os pobrezinhos, serão todos pobres!"

Sra Argentina Manuel Malhoa

Referiu ser moçambicana, residente em Lisboa há 45 anos e quis perguntar, ao Senhor Presidente e às pessoas que mandam no Mundo: "Porque é que há tanto sofrimento no Mundo? Toda a gente está a sofrer! Será que nascemos para sofrer? A nossa mãe quando nos faz é para ficarmos bem no Mundo! O Mundo está dividido, está tão dividido, mas não pode ser!"

Continuou dizendo que não considera justo alguns terem muito e outros nada.

Disse que há que defender os que nada têm, dando o seu exemplo, recebe 200€ para pagar casa, comer, transporte, para tudo...

Referiu que ninguém consegue viver com 150 ou 250€ por mês. Lamentou a sua situação, sem estudos, sem dinheiro, sem possibilidade de ter emprego, sem roupa para trabalhar.

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Solicitou trabalho, nem que seja para apanhar lixo. Seria um trabalho digno. Ninguém é mais digno por trabalhar num escritório, referiu.

Há quem tenha fome, quem não tenha comido nada hoje, mas não se apresenta na frente dos políticos, têm vergonha, ela não tem medo disse.

Referiu ainda que não basta ter uma casa, é necessário dinheiro para viver. Referiu que os sem abrigo ficam muitas vezes desorientados com a droga e que não têm onde procurar um trabalho.

Sr. Salvador da Rocha Luís

Iniciou a sua intervenção referindo ser natural de Angola, mas residindo em Portugal há já 20 anos. Disse que o combate à pobreza em Portugal não passa de um mito. Em sua opinião Portugal vive uma crise gigantesca de pobreza. Assalariados, apesar de horas extra não conseguem ter direitos quando perdem o trabalho.

Mesmo nas habitações referiu que quando terminam os contratos ninguém ajuda verdadeiramente quem fica sem habitação, por isso refere que o apoio à pobreza é um mito.

Referiu como exemplo que ele e outras pessoas ocuparam umas casas no Vale de St António e que nesta semana o Governo lá apareceu ou enviou instituições dando-lhes um prazo para saírem das casas, apesar de serem contribuintes para o orçamento de estado, segundo ele.

Por isso há uma semana que não trabalha, só para defender a casa. Questiona onde estão os Direitos Humanos, refere que os licenciados são privilegiados até quando necessitam de algo.

Referiu que apesar de o País estar a crescer, não consegue ver o dinheiro, para onde vai o dinheiro, questionou.

Disse que combatem a pobreza, mas deram-lhe um prazo para sair da casa que ocupou, onde irá guardar as suas coisas, onde irá dormir, questiona.

Desabafou que talvez vender droga fosse melhor opção...

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Sra. Filomena Alexandre Simão Coimbra

Referiu ser natural de Angola, residindo em Portugal há 6 anos, 6 anos de trabalho, 6 anos com formação.

Abordou o mesmo caso da Quinta de Santo António, mencionando que existe uma crise habitacional. Referiu que não se poder falar de combate à pobreza se não existir habitação

Referiu que ocuparam as casas da Quinta de Santo António pois eram casas abandonadas e o Governo não se importava com elas.

Não pode dormir na rua. Não pode pagar 400 ou 500 euros por um quarto nem por uma casa, disse. Referiu que não afluere um valor que lhe permita pagar 800 euros, pois não recebe sequer esse valor. A complicar a sua situação não tem nacionalidade portuguesa e por isso não pode trabalhar na sua área de formação (segurança), apesar de recentemente Portugal e Angola terem assinado 11 acordos, estes não abrangeram a sua profissão.

Lamentou essa situação e lamentou que venha a ser despejada no dia 24 de junho, apesar de ir estudar para Auxiliar de Saúde e do filho também estudar na Escola António Arroio.

Não vai sair da casa, referiu. Disse que sai de casa às 5 ganha muito pouco, contribui para o País e não aceita ser colocada fora.

Solicitou ajuda aos Deputados Municipais e aos Vereadores, para que vejam esta situação pois ela não vai sair dali.

PERÍODO DE RESPOSTAS DOS ORADORES

Dr. Paulo Santos

Respondeu ao Dr. Américo Nave, referindo que a intervenção de reposta a este problema começou já há 10 anos e que em 2015, existiu uma mudança no modelo de intervenção, com um plano por trás que dá mais continuidade e mais sustentabilidade a uma intervenção, pelo menos a meio termo.

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Disse que no passado, o apoio direto da Câmara nas intervenções era um financiamento anual, referiu, mas que em 2015 deixou de ser assim, e considerou que isso foi um passo bastante relevante. Lembrou a criação do NPISA, uma estrutura que congrega e articula as respostas na área dos sem-abrigo, de 28 parceiros na cidade de Lisboa, portanto passou a existir uma estrutura que diariamente procura intervir na cidade de uma forma concertada, será perfeita? Claro que não, mas não é a solução milagrosa e há muito mais, e há muito mais para fazer, disse.

Lembrou que neste ano de 2019 se dará um passo importante o *Housing First*, projeto já mencionado hoje e que o encheu de orgulho. As 371 pessoas que estão na rua implicam uma grande ambição e vontade de lhes arranjar uma resposta concreta para cada um.

Considerou que não podem ser apenas repostas pontuais, há que ter um a resposta de várias ordens.

A estratégia já começou a ser implementada e já foram dados passos importantes no contacto com estas pessoas.

Sr. Nuno Almeida

Apesar de não ter tido nenhuma pergunta direta quis deixar a esperança de que este relatório sirva para que realmente as políticas que têm que estar na estratégia de combate à pobreza, e também à situação dos sem-abrigo sejam aplicadas.

Referiu que ficou visível pela intervenção do Público que a questão da habitação pode estar intimamente ligada às questões de vulnerabilidade que as pessoas têm na sua condição social, do seu rendimento.

Desejou que o contributo agora dado seja útil para que a partir da AML se possam mudar paradigmas, nomeadamente a questão da melhor distribuição da riqueza e do trabalho, e do trabalho com direitos, disse.

Prof. Carlos Farinha Rodrigues

Referiu que ficou evidente que não tem uma resposta concreta a dar às questões reais hoje apresentadas. Mesmo existindo uma grande vontade de dar respostas

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

confessou que há uma grande ignorância em relação a muitos dos aspetos da pobreza.

Lamentou ainda que estas mesmas pessoas acabem por não surgir nas estatísticas, pois como foi hoje referido nem sequer conseguem ter acesso a um cartão de cidadão.

Há que fazer um esforço extra para que a realidade destas pessoas seja conhecida e refletida a nível das instituições para que se possa erradicar este problema.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS

Sr. Deputado Municipal José Leitão (PS)

Iniciou a sua intervenção referindo que o combate à pobreza e à exclusão social é inseparável do combate às desigualdades sociais e considerou serem questões chave quando se pretende debater o desenvolvimento, a justiça social e a construção de uma sociedade mais justa.

Solicitou que o Prof Carlos Farinha Rodrigues partilhasse as estatísticas que tem em sua posse, pois entende que seriam úteis a este debate. Referiu que o combate à pobreza, exclusão social, e às desigualdades socioeconómicas impõe-se como desígnio nacional, mas também local, não somente por razões de equidade e de justiça social, mas também por razões de eficiência e de coesão social.

Considerou que o combate à pobreza não se pode reduzir a medidas de emergência e de apoio social a setores mais vulneráveis, como os sem-abrigo, que serão objeto de análise detalhada na próxima Sessão. Referiu que combater a pobreza é assegurar a todos o acesso à cidadania social.

Considerou que existem medidas necessárias que apoiam e que são decisivas a nível da cidade, a nível do Estado, como foi a recuperação dos salários e pensões, ou continua a ser o aumento do salário mínimo nacional, ou a regularização dos trabalhadores imigrantes que se encontram em situação irregular. Existem outras que competem ao Município ter um papel ativo que contribua para a inclusão e para combater desigualdades sociais, como foi a nova política de mobilidade em

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Lisboa e na Área Metropolitana de Lisboa, com os novos passes, que permitem hoje a milhares de cidadãos de exercer o direito à mobilidade.

Referiu ainda como importante a integração dos trabalhadores precários a nível das Juntas de Freguesia e no Município, o acesso gratuito a manuais escolares e considerou que a CML tem um papel a desempenhar no acesso à saúde e ao ensino. Disse que concretizar a política de construção e renovação de Centros de Saúde será um passo importante que a CML está a dar.

No que se refere a escolas considerou que muito há a fazer, mas referiu que há passos que vão no bom caminho.

No direito à habitação lembrou que foram criados diversos projetos como o Programa Habitar o Centro Histórico e Programas de Renda Acessível, para darem resposta à enorme procura que se verifica.

Referiu que como Socialistas estão empenhados numa abordagem integrada que permita combater a pobreza e desigualdade e agradeceu os contributos dos Oradores para uma sociedade que permita erradicar a pobreza e o desenvolvimento de todos os Seres Humanos.

Sr. Deputado Municipal Gonçalo Moita (CDS-PP)

Iniciou a intervenção cumprimentando os membros do Painel e os Cidadãos que representam as Instituições que hoje marcaram presença.

Referiu que há cerca de um ano atrás assistiu a uma reportagem na televisão sobre a criação no Porto de um Coro de pessoas sem-abrigo. Disse ter sido um momento muito interessante, desde as dificuldades que tiveram em angariar pessoas, da sua desconfiança, hesitação em avançarem. Disse que uma Sra sem-abrigo referiu a estranheza de ter atuado num palco com tanta gente a olhar para ela, quando no dia a dia as pessoas passam por ela como se fosse invisível.

Disse querer falar dessa invisibilidade hoje, lembrando que existem situações de verdadeira pobreza que são disfarçadas, quase invisíveis.

Continuou dizendo que no seguimento da Reforma Administrativa de Lisboa, a CML e as Juntas de Freguesia têm aos seu dispor meios de atuação a nível humano e técnico que devem ser desafiados a fazer mais e melhor

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Também mencionou a descentralização em curso, referindo os vários Contratos de Delegação de Competências sempre a reforçar as possibilidades das Juntas de Freguesia e apelou à cooperação, à constituição de parcerias, no fundo, contar com a rede social de Lisboa, as Comissões Sociais que existem em praticamente todas as freguesias, para garantir duas coisas, a assistência às pessoas nos casos de emergência social e posteriormente a possibilidade de serem transformadores da vida das pessoas que precisam.

Referiu a importância de dar instrumentos às pessoas para que possam ser agentes na sua própria transformação.

Lembrou que existem situações em que famílias parecem reféns de uma situação de pobreza, situação que parece transmitir-se de geração em geração, competindo às estruturas de proximidade, como as juntas, quebrar estes ciclos.

Para terminar referiu que é necessário contar com todos, estruturas da Sociedade Civil e estruturas públicas e em especial a todos aqueles pelos quais a sociedade passa e na abordagem do tempo, no ritmo dos nossos dias parece passar por eles não os vendo.

Sra. Deputada Municipal Inês de Sousa Real (PAN)

Iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e a todas as instituições que trabalham em Lisboa em prol da resolução desta problemática.

Referiu que são estas associações que tantas vezes substituem as entidades públicas ajudando a minimizar políticas ineficazes de combate à pobreza.

Referiu ainda que esta é uma questão de direitos humanos saudando por isso a realização deste debate.

Lembrou que já foi aqui aprovada nesta Assembleia Municipal uma iniciativa do Grupo Municipal do PAN, com uma Moção e uma Recomendação que visavam criar uma estratégia integrada a nível nacional e municipal de Combate à Pobreza, referindo ainda que esta Moção foi aprovada por unanimidade com exceção do Primeiro Ponto, que era a criação de um Grupo de Trabalho Transversal que foi rejeitado com o voto contra do PS e as abstenções do PCP, PEV e 7 Deputados Independentes. A Recomendação foi aprovada por maioria com as abstenções de 7

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Deputados Independentes. Lembrou que ambas as Deliberações alertavam para os casos de pobreza em Lisboa e para a necessidade de debater e de criar políticas integradas para erradicar este flagelo, pedindo precisamente à Câmara que assumisse à data, o Combate à Pobreza como um dos objetivos da autarquia e que construísse assim e implantasse uma estratégia envolvendo todas as vereações. Passados 7 meses desse debate continua-se a debater, referiu. Lembrou ainda que este mandato já leva 1 ano e meio e o debate continua.

Disse ser já tempo de passar das palavras aos atos e de se implementar uma estratégia por parte da autarquia indo ao encontro da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável que definiu como primeiro objetivo acabar com a pobreza nas suas múltiplas formas e lugares.

Lembrou a discussão das Grandes Opções do Plano para a Cidade e o Orçamento de 2019, em que o PAN recomendou à Câmara, no âmbito, nos seus contributos que incrementasse o valor atribuído a esta área (o valor de 25 mil euros é manifestamente insuficiente). Uma estratégia municipal de Combate à Pobreza em articulação com a rede Anti-Pobreza tinha apenas este montante.

Para concluir considerou que o tempo de delinear e pensar já foi largamente ultrapassado e é, pois, tempo de projetar para o futuro e definir objetivos e medidas que permitam monitorizar o atingir metas e objetivos concretos.

Referiu que a proximidade que têm com a população dá-lhes essa responsabilidade, identificar os problemas e traçar opções concretas que visem erradicar todas as formas de discriminação, promovendo um avanço na igualdade dos direitos e, acima de tudo retirando as pessoas nesta situação, em particular aquelas com mais vulnerabilidades, não só apenas das 361 pessoas em situação de Sem-abrigo, mas todas aquelas que também, estão nesta condição e que vivem em carros, em situações precárias e em quartos e que não foram aqui contabilizadas e identificadas.

Sra Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)

Iniciou a sua intervenção saudando a Mesa e as suas belíssimas intervenções sobre um tema que os preocupa e que está em cima para discussão, o Combate à Pobreza.

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Referiu que a pobreza e exclusão social são fenómenos que se continuam a verificar de forma acentuada na sociedade portuguesa, apesar de grandes preocupações e algumas medidas.

Considera que estas situações não se encontram desligadas das desigualdades sociais que persistem e que se agravam à medida da concentração da riqueza que diz se vão avolumando, bem como, não estão desligados do desemprego, da precaridade, dos baixos salários e pensões e das dificuldades de acesso a diferentes prestações sociais e bens e serviços públicos fundamentais.

Disse ainda que para o PCP, a luta contra a erradicação dos fenómenos da pobreza tem que assentar na valorização do trabalho, com melhores salários, com melhores pensões, com resposta ao acesso no Serviço Nacional de Saúde, com uma educação pública de qualidade, com a proteção social que é uma imperiosa necessidade do desenvolvimento do país e da distribuição equitativa e justa da riqueza produzida.

Referiu que apesar da recuperação dos rendimentos alcançada pela luta do povo e da intervenção do PCP, também, teve impactos positivos na redução de indicadores da pobreza, mas esta não deixou de em 2018, ainda apresentar uma taxa de 21,6 %.

Considerou que a pobreza não se combate apenas com medidas caritativas ou substanciais, nem mesmo só com medidas dirigidas apenas aos pobres, mesmo reconhecendo que elas são essenciais em situações agudas, mas também são necessárias políticas transversais e integradas no quadro de uma política do desenvolvimento económico e social.

Lembrou que apesar da criação de medidas extraordinárias de apoio aos desempregados de longa duração e de já existirem algumas medidas que mitigam alguns problemas, esta pobreza nos desempregados ronda os 40%. Disse que isto confirma aquilo que o PCP tem informado, quanto à necessidade de combate ao desemprego e alterações das atribuições subsídio.

Considerou que a prevenção da pobreza exige não só a valorização do trabalho, mas também, o aumento do salário mínimo nacional, pois esse valor é insuficiente para que possam fazer face às despesas necessárias para uma vida digna.

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Terminou citando Almeida Garrett, em “Viagens na Minha Terra” considerando espantoso que no século XIX, tenha sido produzida uma análise realista que ainda hoje se aplica.

“E eu pergunto aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infâmia, à ignorância crapulosa, à desgraça invencível e a penúria absoluta para produzir um rico?”

Sra Deputada Municipal Isabel Pires (BE)

Iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes.

Considerou que este é um tema da maior importância, nomeadamente a estratégia de combate à pobreza que sendo multidimensional, exige uma forma transversal de soluções, de várias políticas em várias dimensões para ser eficaz.

Referiu existir um trabalho complexo a realizar no Combate à Pobreza. São necessárias boas condições de trabalho e salários dignos, pois são eles que definem o que se pode ou não ter.

Lembrou que nos últimos anos existiram a nível nacional melhorias significativas porque, houve um corte com políticas de austeridade, que efetivamente tiveram um efeito positivo. Mas, disse, que ainda há um trabalho a fazer lembrando que Portugal é um dos Países da União Europeia, onde mais se trabalha para menos ter, onde os trabalhadores têm um risco de pobreza que não deveria existir na sociedade atual.

Considerou existir uma segunda vertente que entende como fundamenta: a habitação, e lembrou os dados alarmantes da pobreza habitacional, especialmente na cidade de Lisboa. E embora este seja um problema amplamente discutido na AML considerou que existe uma discrepância absoluta entre rendimentos e os preços de arrendamento existentes em Lisboa.

Considerou que a questão racial é preponderante quando se avalia os dados da pobreza, devendo ser tida em conta quando se fala em políticas de combate à pobreza.

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Melhores condições de trabalho e salários dignos ajudam a prevenir situações de pobreza, disse, bem como melhores condições de habitabilidade digna e a preços baixos.

Disse ainda que são necessárias respostas integradas nas várias fases da vida de uma pessoa, a não discriminação, a educação, a saúde, o acesso a este tipo de serviços que está vedado a quem mora mais longe do centro, por exemplo, ou a quem não tem acesso a transportes públicos, que normalmente está depois também associado a salários mais baixos, a situações de pobreza formando um ciclo que tem que se quebrar sendo esta a grande dificuldade.

Considerou que ao longo dos anos e especialmente nos últimos dois, têm existido medidas positivas e que se tem avançado no sentido de quebrar esse ciclo e de ter medidas preventivas e acima de tudo medidas que sejam transversais na vida das pessoas.

Terminou dizendo que estes debates vão vantajosos pois permitem pensar conjuntamente em várias dimensões e em ideias que acrescentem algo ao que tem sido feito.

Sr. Deputado Municipal Luís Newton (PSD)

Iniciou a sua intervenção referindo que o Combate à Pobreza vive de um contraste gritante entre os números frios que os levantamentos efetuados proporcionam e permitem pensar e planear a dura realidade que aqui foi apresentada de forma tão intensa.

Considerou que são estes gritantes contrastes e a necessidade de os unir em prol do grande objetivo do equilíbrio social das comunidades, que impeliu o PSD a propor estes encontros.

Disse que não vieram fazer quaisquer discursos de intenção ou quaisquer comícios partidários, vieram para ouvir as instituições e as pessoas, porque a pobreza na realidade reside também em algumas partes de uma sociedade que apesar de tudo, não investe adequadamente na promoção de medidas para a construção de uma sociedade mais justa.

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Considera por isso importante deixar aos parceiros e às instituições que ajudam hoje a melhor refletir, sobre as mudanças que urgem, um muito obrigado.

Lembrou as pessoas que hoje de forma tão corajosa e descomplexada relataram as agruras reais do seu quotidiano, são representativas do quotidiano de muitas outras famílias, e quis deixar uma palavra de esperança.

Concluiu desejando que estes momentos possam vir a representar a esperança de um futuro risonho para uma melhor sociedade portuguesa, que possam continuar a inspirar todos quantos tem responsabilidades políticas para mais justiça social.

Sr. Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)

Iniciou a sua intervenção referindo que hoje mesmo, durante as conferências do Estoril, se voltou a denunciar o maior crime atual contra a humanidade: mais de 60% da humanidade vive em extrema pobreza, onde 2,1 biliões de pessoas não têm acesso a água potável em casa.

No que diz respeito a Portugal, disse que comparando a evolução dos resultados anuais dos Inquéritos às Condições de Vida e Rendimento, elaborados pelo Instituto Nacional de Estatística, facilmente se conclui a sua recente evolução.

Referiu que se em 2016 foram contabilizados 2,6 milhões de residentes em risco de pobreza ou exclusão social, este número representava menos 1,5% do que no ano anterior. Em 2017, este valor reduziu-se para 18,3%, subsistindo em risco de pobreza ou exclusão social menos 196 mil em relação a 2016. As mulheres continuavam a ser mais afetadas pela insuficiência de recursos, com um risco de pobreza de 18,7% face a 17,8% para os homens.

Disse que a diminuição destas quase 200 mil pessoas a viver abaixo do limiar da pobreza, num espaço de 2 anos, não pode ser desligada da reposição de direitos e conquista de rendimentos e salários, que só tem sido possível alcançar com base na persistente luta dos trabalhadores e da população em geral.

Lembrou que no início deste mês (dia 7/5), foram conhecidos os resultados do Inquérito realizado em 2018 sobre rendimentos do ano anterior, que indicam existirem ainda num limiar de pobreza 17,3% dos residentes. Em 2017, houve

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

menos pessoas em privação material (são 18%, comparados com 19,5% em 2016) e em privação material severa (são 6,9%, comparados com 8,4% em 2016).

Disse que desta breve análise comparativa sobressai alguma evolução entre os anos de franco retrocesso do Governo PPD/CDS, de braço dado com a Troika estrangeira, e a solução política encontrada na atual XIII Legislatura.

Considerou que, para Os Verdes, estes números refletem também o muito que ainda hoje é necessário concretizar para enfrentar e eliminar a pobreza em Portugal. Mais de 700 mil trabalhadores têm salários inferiores a 600 euros, 59,6% recebem menos de 818 €, as reformas e pensões têm ainda valores muito, mas mesmo muito baixos, para além da persistência de trabalho precário.

Destacou ainda dificuldades no acesso a direitos constitucionais básicos. A pobreza nas escolas, com progenitores a não conseguirem garantir cuidados de saúde aos seus filhos ou um par de sapatos, crianças que apenas têm uma refeição quente na escola. Mas também idosos sem poderem comprar medicamentos ou que não se alimentam convenientemente.

Disse subsistirem condições habitacionais e ambientais adversas, como sejam a salubridade das divisões habitáveis, a inexistência de instalações sanitárias, as condições físicas e de luminosidade do alojamento, que mais afetam as pessoas em risco de pobreza e as famílias com crianças.

Considerou que isto é o resultado de uma política que promovia projetos para que os mais ricos vivessem bem, com base no lema de ser preciso habituar os portugueses a um determinado nível de pobreza, para que o País se ‘endireitasse’, para o lado dos mais ricos.

Lembrou a expressão: “ah, eles aguentam, aguentam”, mais austeridade?

Disse que ser ecologista é defender a justiça social, é combater a pobreza e as suas causas, é combater as políticas antissociais de direita.

Disse que para combater um problema estrutural são fundamentais estratégias estruturantes. Em Portugal há desempregados, mas há também pessoas que apesar de trabalharem são pobres, porque os salários são, de facto, extremamente baixos em Portugal, dos mais baixos na Europa.

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Referiu que o número de portugueses, vítimas de pobreza é, por si só, a expressão mais visível de uma espiral de desigualdades sociais que afetou de forma estrutural o País, qual libelo acusatório contra a política de direita. O facto de quase um quinto das crianças e jovens viverem hoje numa situação familiar de pobreza não pode deixar de exigir respostas políticas que lhe ponham fim.

Concluiu que para Os Verdes a diminuição dos níveis de pobreza é um problema político. Considerou não existir alternativa: o contributo decisivo impõe o desenvolvimento do País, dando prioridade às pessoas e não ao défice. Impõe, pois, que se combata a concentração de riqueza, crie investimento, se aumentem salários, incluindo o salário mínimo nacional, melhorar reformas e prestações sociais, produzir mais riqueza e distribuí-la melhor.

Combater a pobreza é uma luta sem tréguas, disse.

Sra. Deputada Municipal Teresa Craveiro (IND)

Iniciou a sua intervenção saudando a Mesa, os contributos que trouxeram, e também, algumas instituições presentes e o restante auditório.

Considerou que se está perante um paradoxo, um dilema em Lisboa. A Cidade ganha prémios internacionais, mas existe um outro lado da moeda. Lembrou o diagnóstico social 2015 e 2016, lamentando que não existam dados mais recentes, em que a pobreza estava nas crianças, aí havia um empobrecimento maior nas crianças. Isso vê-se pelas CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens).

Considerou que a coroa periférica da cidade traz uma realidade particular, relativamente a essa matéria, o que é uma contradição, uma cidade que quer rejuvenescer, quer mais população e tem o setor e as freguesias onde nascem crianças sujeitas, no fundo, a essa problemática de deficiência parental e de pobreza e de fome.

Considerou que há instrumentos que gostaria que hoje fossem aqui trazidos, nomeadamente pelo Departamento dos Direitos Sociais. Questionou onde está o cruzamento da Carta Social Georreferenciada? Qual é o trabalho das freguesias? Onde e exatamente, se pode trazer a complementaridade da estatística? Quais os problemas que existem nas freguesias? A Carta Social Georreferenciada, podia dar

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

as respostas que existem e que, no fundo, atualizaria a situação relativamente a cada freguesia.

Lembrou que não há estatísticas globais, mas que existe uma rede social e que existem freguesias que deveriam estar a trabalhar articuladamente nesta matéria, de facto, o local é isso. O local operacionaliza-se, não faz o discurso macro.

Questionou como se pode operacionalizar, referindo que o poder local pode trazer efetivamente a resposta à coesão.

Considerou a Carta Social Georreferenciada, o atlas social que detém efetivamente quais as áreas de cruzamento e de indicadores de pobreza, mas onde está trabalhado relativamente a essa matéria, questionou.

Lembrou que foi criado um pelouro dos direitos sociais, que não é para ser assistencialista, é para partir da realidade relativamente ao território e daí o primeiro eixo do plano da rede social, territorialização da rede social, exatamente como o Professor Farinha falava e como falou também o representante do CDS.

Referiu que é com a proximidade que se pode complementar a realidade e conhecer a realidade dos idosos, da habitação, das crianças. Considerou que esse é o salto que a cidade de Lisboa tem de dar e não estar escondida em mais planos e planos ou Observatórios.

Disse que deviam existir ações piloto nas freguesias onde houvesse maior sistematização deste diagnóstico, é aí o local onde se devia estar a atuar efetivamente com a rede social.

Lembrou que a rede social tem quinhentos parceiros, questionou se ela foi sistematizada no seu potencial, e o porquê de essa rede social não se operacionalizar relativamente às freguesias.

Concluiu referindo que tem estas dúvidas. Considerou necessário que a cidade de Lisboa dê um salto e não fique apenas pelos estudos, pelo Observatório, não fique apenas pela particularização, desejou que deste debate viessem a sair formas de realmente funcionar.

Sra. Moderadora, Deputada Municipal Ana Mateus (PSD)

Referiu que estando dentro do horário estipulado podia disponibilizar dois minutos a cada um dos Oradores para poderem fechar a sua participação.

Dr. Paulo Santos

Referiu, aproveitando as palavras da Deputada Teresa Craveiro que a Carta Social Georreferenciada, é realmente o instrumento que tem um potencial enorme quando estiver realmente operacional. O desafio da Carta Social não é identificar as respostas que existem e que são conhecidas por toda a gente, o salto da Carta Social Georreferenciada será chegar àquelas respostas que as pessoas não conhecem, aquele projeto, aquela resposta que existe naquela freguesia e que ninguém sabe que existe, sendo este o salto que a Carta Social Georreferenciada tem que dar. Para lá chegar é necessário um trabalho de proximidade com as Juntas de Freguesia, que tem que ser feito.

Disse não estar esquecida e que está a ser trabalhada, inclusive, na atualização do diagnóstico da rede social de Lisboa. Disse esperar muito em breve ter os números de 2016 atualizados, aliás, que deram origem certamente ao próximo plano de Desenvolvimento Social 2022-2024

Referiu, em resposta à Deputada Teresa Craveiro que estão completamente disponíveis enquanto departamento e rede social falar sobre o trabalho que tem de ser feito.

Deixou ainda uma nota sobre a questão do Observatório e referiu que o trabalho feito com o Observatório e com a EAPN (European Anti Poverty Network (Rede Europeia Anti-Pobreza) tem sido muito importante, foi feito um primeiro percurso de um ano, onde foi possível cruzar uma série de indicadores e resultados da cidade de Lisboa.

Disse ser mais um estudo, mas com números em contexto diferente, não são as estatísticas do INE (Instituto Nacional de Estatística), são outros números e foram apresentados, salvo erro, há 2 semanas tendo iniciada uma segunda fase há cerca de um mês. O próximo passo é utilizar os números agora existentes, no apoio à

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

decisão de quem decide na cidade de Lisboa. Cruzar esta informação, cruzar o trabalho da rede social e cruzar com o trabalho que é feito nas Juntas de Freguesia. Terminou dizendo que é um desafio que não é fácil, falar é fácil, mas fazer no terreno não é. Considerou mesmo que este é um dos maiores desafios que a estrutura municipal tem.

CONCLUSÕES

O tema deste debate temático é da maior importância, tanto mais que acabou por se tornar um dos temas políticos mais relevantes no último ano, tanto a nível local como a nível nacional. O combate à pobreza tem várias dimensões e deve ser ter em conta vários aspetos da vida: do trabalho à saúde, passando pelos direitos sociais à habitação.

No que toca às pessoas em situação de sem abrigo essa multidimensionalidade ganha especial relevância e convoca todos e todas à execução de políticas que considerem os vários aspetos que levam uma pessoa a essa situação. Este debate temático conseguiu ter contributos de vários quadrantes e permitiu perceber várias experiências e possíveis soluções comuns para a resolução do problema.

Do ponto de vista das políticas públicas, houve vários contributos que confirmaram exatamente a necessidade de ter políticas abrangentes, que integram várias áreas e que olham para as pessoas em situação de sem abrigo de forma a capacitar estas pessoas e não apenas a ter uma vertente mais imediatista e caritativa nas soluções.

2.ª Sessão

“Estratégia redução da população em situação de Sem-abrigo”

05 de Junho de 2019

I. DO DEBATE

72.ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (AML) – Sessão Extraordinária

2.ª Sessão do Debate Temático (DT) *“Combate à pobreza e a estratégia de redução da população em situação de sem-abrigo”*

5 de Junho de 2019

Tema: “Estratégia redução da população em situação de Sem-abrigo”

Moderador: D.M. Davide Amado - Presidente da 6.ª CP - Direitos Sociais e Cidadania.

Relatores:

- D.M. Francisco Domingues (PSD)
- D.M. Maria Teresa Craveiro Pereira (IND)

Oradores:

Manuel Grilo – Vereador dos Direitos Sociais
Miguel Coelho – Montepio Geral, especialista em segurança social
António Bento – Centro Hospital Psiquiátrico de Lisboa
Celeste Brisos – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Catarina Cruz – Observatório de Luta contra Pobreza na Cidade de Lisboa/EAPN Portugal

I - DAS INTERVENÇÕES DE ABERTURA

- O Presidente em Exercício da AML declarou aberta a reunião relembrando que o DT foi proposto pelo PSD, tendo sido aceite por todas as forças políticas e DM IND e aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa (CML)
- Esta constitui a 2.ª Sessão do DT, sendo que a 1.ª Sessão teve lugar no dia 29 de Maio de 2019, sob o Tema "Combate à pobreza", tendo sido moderada pela D.M. Ana Mateus (PSD - Partido proponente) e sendo os seus relatores os DMs Isabel Cristina Rua Pires (BE) e João Diogo Santos Moura (CDS)

II – Dos Oradores Convidados:

Manuel Grilo – Vereador dos Direitos Sociais:

Salientou a existência da estratégia nacional para a pessoa em situação de sem-abrigo – ENIPSSA 17-23, que pretende *“consolidar uma abordagem estratégica e holística de prevenção e intervenção centrada nas pessoas em situação de sem-abrigo, para que ninguém tenha de permanecer na rua por ausência de alternativas”*.

Referiu ainda que o modelo de intervenção assenta nos seguintes vectores: PREVENÇÃO, INTERVENÇÃO e INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA e que a reformulação em curso do PMPSA 2016-2018 se baseia nelas.

Foram referidas diversas estratégias de intervenção que serão protagonizadas por diferentes organizações parceiras.

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

A Proposta do PMSPA 2019-2021, em conclusão, comporta três eixos: o do ACOLHIMENTO, o da INCLUSÃO e o da INTERVENÇÃO. – Incluindo várias medidas concretizadas em respostas diversas, como sejam *“centros de alojamento de emergência, temporários, de transição, albergues nocturnos, mas também os Programas HousingFirst, os COID, os Programas de Inserção, de formação profissional, e naturalmente, as equipas técnicas de rua, as equipas técnicas de rua da área da saúde, e tantas outras respostas”*.

Referiu que está implementada uma diversidade de respostas tendente a contemplar as muitas e variadas situações, individualmente associadas a cada PSSA. Foi salientada uma nova abordagem: a vertente de avaliação interna e externa, para monitorizar a aplicação do plano, o que irá permitir correcções e/ou melhorias.

Expressou a vontade de ampliar os tipos de resposta, como por exemplo a dos apartamentos partilhados, que demonstraram ser respostas sérias e efectivas, afirmando querer aprofundar as parcerias existentes.

Salientou ainda que no contexto actual têm chegado muitas PSSAs provenientes de outras zonas do país, atendendo às boas repostas que o Município de Lisboa e as entidades e parceiros dão às PSSAs. Referiu que é necessário que o estado central e as autarquias assumam a sua responsabilidade, investindo de forma efectiva em programas e acções.

Miguel Coelho - Montepio Geral, especialista em segurança social:

Fez considerações sobre a criação do estado social e da segurança social no século passado, que constituem o pilar do sistema previdencial existente na Europa.

Não obstante o gasto de 22 a 23% do nosso PIB em protecção social, considera que os resultados são insuficientes, atribuindo os resultados à ineficácia na alocação dos recursos, considerando que o problema nem sempre é enfrentado com o instrumento adequado.

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Salientou ainda a ausência do cruzamento de benefícios (SCML, IPSS, CML, Estado), e que há aqui um problema, o que leva a não haver uma avaliação global da situação de carência.

Defendeu que no caso das PSSA, a problemática tem um contorno social com uma natureza diversa que pode ter uma origem na doença mental, na dependência das drogas, numa efectiva carência económica, ou até em opções pessoais e filosóficas. Assim sendo, advertiu que não se pode tratar da mesma maneira casos que têm natureza distinta, havendo necessidade de identificar os instrumentos adequados ao combate à pobreza e à carência.

Salientou que os países do Sul da Europa têm um factor muito importante na protecção social que é o apoio da família e a comunidade, opinião que é corroborada por diversos autores, o que os distingue dos países do Norte da Europa.

A população em situação de sem-abrigo exige um papel multidisciplinar na abordagem, devendo os intervenientes serem não só o Estado e as autarquias, mas também as famílias, cujo papel não deve ser descurado, assim como a comunidade, nos casos em que a família não existe ou não tem capacidade para assumir esta responsabilidade. Defendeu que, neste último caso, tem de haver assunção de responsabilidades não apenas pela comunidade, mas também pelo beneficiado.

Propõe um novo instrumento de integração das PSSA na comunidade, com a criação da *“figura da família de acolhimento para o sem-abrigo”*, em que as autarquias e as misericórdias promoveriam e apoiariam a criação de uma bolsa de famílias voluntárias que levariam a cabo a integração da PSSA. Considera esta solução exigente porque advém, não da vontade de captar dinheiros públicos, mas do comprometimento da comunidade com a resolução da problemática. Está seguro que a comunidade responderá a este desafio com muitos voluntários – ou pelo menos em número suficiente – para pôr o instrumento em marcha, propondo como incentivo aos voluntários a cativação de dinheiros públicos através de, por exemplo, uma exempção fiscal.

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Terminou dizendo que, face à ineficácia dos instrumentos existentes para resolver a problemática e a escassez de recursos, tem de se começar a pensar em soluções inovadoras, como é o caso do rendimento básico incondicional, na construção de um Estado Social Moderno, que para si, terá como um dos pilares fundamentais a cidadania social.

António Bento - Centro Hospital Psiquiátrico de Lisboa:

Começou por referir que a sua abordagem ao tema das PSSA é pouco comum e que se baseia na sua experiência profissional enquanto médico de rua de pacientes sem-abrigo e também enquanto morador na Freguesia dos Anjos desde há quase 65 anos.

Falando da sua experiência profissional, descreveu dois casos, um de 1988, outro de 2019 – abarcando toda a sua carreira, em que os serviços públicos de primeiro contacto com as situações urgentes, seja a polícia ou o INEM, não tiveram capacidade para responder à urgência dos casos porque se propõem lidar com as situações com abordagens exteriores à problemática, como sejam o facto de serem catalogados em categorias (“*pobre*”, “*desempregado*”), ou ser-se negada a possibilidade de registar ocorrências por se desconhecer a identidade da PSSA – não fora o envidamento pessoal das equipas de psiquiatria.

O primeiro caso, nos anos 80, era de uma PSSA que tinha a ilusão de que era o Hitler e vivia na rua coberto de excrementos. Embora já vivesse assim há uns anos, alguns meses de internamento e terapia foram suficientes para lhe restabelecer a saúde mental suficiente para que a sua situação de sem-abrigo fosse resolvida: esta advinha da sua condição psicológica e não o inverso.

Descreveu de seguida uma outra situação, ocorrida já em 2019, em que só foi possível retirar uma PSSA da rua um mês depois de ser sinalizada a sua aguda condição de saúde, que era de morte iminente, exclusivamente porque esta pessoa não tinha identificação e os serviços não estavam capazes de acudir à sua situação sem que preenchesse este quesito. Porém, esta pessoa, que já não corre risco de vida, continua a ocupar uma cama numa unidade de saúde preparada para receber casos agudos, simplesmente porque o sistema não está preparado

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

para lidar com pessoas que não preenchem os padrões burocráticos: que não têm morada, nome ou cartão de saúde – pessoas que estão fora da realidade (neste caso, por exemplo, a pessoa trazia os bolsos cheios de pesetas e escudos e pensava que Mário Soares era o Presidente da República). Na sua opinião, o encargo para o estado com a manutenção desta pessoa num serviço que não foi desenhado para cuidados continuados, mas sim para urgências - e que tem um custo elevadíssimo! - não se justifica do ponto de vista clínico, porque são internamentos sociais. Defende por isso, que devam ser criados um tipo de lares para albergar estas pessoas, para que não haja desperdício de recursos.

Este tipo de emergência social é desconhecido da maioria das pessoas e, segundo António Bento, é um erro dizer que estas pessoas têm problemas sociais como a pobreza ou o desemprego: estas pessoas, diz, têm problemas do foro psiquiátrico e curando-as clinicamente acabar-se-á com as situações de sem-abrigo. Defendeu que o alcoolismo e a toxicodependência, que inclui no âmbito das doenças psiquiátricas, são o que provoca a pobreza e a situação de sem-abrigo e não o inverso, como defendem outros oradores.

Disse que o acompanhamento psiquiátrico tirará estas pessoas da rua e que tal se tem verificado, que pelo seu serviço no hospital já passaram 700 PSSA e que é um desperdício de verbas, que estes serviços são para casos agudos. Propõe que se faça consulta psiquiátrica na rua, como já faz há 30 anos, num modelo que tem sido copiado “*pela Europa fora*”.

Disse ainda que nem tudo está a correr mal no seu trabalho com as PSSA e louva a colaboração que tem tido com algumas ONG e com a CML.

No seu entender, a “doença psiquiátrica” é muito estigmatizada como causa do fenómeno da situação de sem-abrigo, e que mesmo em publicações da especialidade, aquelas que podem influenciar as políticas, tem de se referir a estas situações e às abordagens que defende – como as equipas de psiquiatria na rua e os albergues de transição – como inseridas no âmbito da “*saúde mental*”.

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Terminou dizendo que quando se acabar esta estigmatização da psiquiatria como resposta para o problema das PSSA, então haverá respostas concretas e eficazes para o solucionar.

Celeste Brisos – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:

Começou por referir que o trabalho da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no âmbito das PSSA, em articulação com a Segurança Social, que data já dos anos 70 do século passado, é feito no âmbito tanto da emergência social, 24 sobre 24 horas, mas também no âmbito da reintegração social.

A UAPSA, Unidade de Atendimento a Pessoas Sem-Abrigo, que dirige, faz atendimento de emergência aos indivíduos isolados ou famílias em situação de sem-abrigo, ou pessoas com domicílio instável, faz atendimento, mas sempre visando, através de acompanhamento social, a integração social das pessoas.

E é nesse atendimento/triagem que são identificadas as problemáticas dominantes que levaram a que a pessoa em causa se encontre na situação de sem-abrigo: atendem PSSA com problemas diferentes, que vão da protecção internacional, aos consumos e aos problemas psiquiátricos, problemas que se prendem com a discriminação etária ou a empregabilidade – sendo este um problema de pessoas que, sem nenhum suporte, quando perdem o emprego, se vêm imediatamente em situação de sem abrigo. Lidam também com famílias sem abrigo e requerentes de asilo político.

Disse ainda que as problemáticas que levam à situação são variadas e conhecidas e defende que, sob o NPISA, entre a Misericórdia, o estado e as várias ONG a trabalhar no campo, a coordenação dos vários recursos existentes, tem permitido uma resposta mais eficaz, dando elementos quantitativos para o demonstrar.

Acredita que a situação de sem-abrigo nunca é uma opção individual, que é sempre por força das circunstâncias que as pessoas acabam nela. Que, cada situação de sem-abrigo é individual, que as circunstâncias que a ela levaram e que potenciam a sua permanência, varia de indivíduo para indivíduo e que, por

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

isso, as respostas têm de ser diferenciadas para cada caso, não existindo respostas estandardizadas.

Relativamente às famílias em situação de sem-abrigo, disse que a resposta terá de ser feita do ponto de vista da prevenção, porque são situações que advêm de despejos e de carência extrema, e que a sua reversão é muito mais difícil que a prevenção.

Disse, finalmente, que acredita que a resposta para este problema terá de vir da criação de centros de acolhimento mais pequenos, que os que há são demasiadamente grandes para a escala individualizada de reposta que defende, que estes centros deveriam estar especializados por problemática. Que a resposta será também através da providência de habitação, através de programas como o *Housing First* ou de apartamentos partilhados.

Catarina Cruz - Observatório de Luta contra Pobreza na Cidade de Lisboa/EAPN Portugal:

Começou a sua intervenção com a apresentação de dados sobre a pobreza em Portugal, dizendo que segundo a definição de pobreza do Eurostat, 17,3% da população portuguesa vive abaixo do limiar de pobreza e que, não fora as transferências sociais do estado, como o Complemento Solidário para Idosos ou o Rendimento Social de Inserção, esse número atingiria 44% da população portuguesa. Disse ainda que, por a população empregada, 10% encontra-se em risco de pobreza. Que os grupos mais vulneráveis são os desempregados (aproximadamente 46%), as famílias monoparentais (28%), as crianças e jovens (19%) e os idosos (18%). Referiu que, segundo os dados do Eurostat, Portugal continua a ser um dos países mais desiguais e mais pobres da União Europeia. Que o risco de pobreza na Área Metropolitana de Lisboa é ainda mais acentuado que o da média nacional, sendo que esta área é também aquela onde a desigualdade social é mais significativa. Que é neste contexto urbano de desigualdades e pobreza, que tem de se olhar para a pobreza extrema onde se incluem as PSSA, desprovidas dos direitos mais básicos como são os direitos à habitação, o direito ao emprego, o direito à saúde, à educação e, por isso,

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

estando desprovidos destes bens e destes serviços, vêem a sua dignidade humana posta em causa.

Disse que a EAPN Portugal, do qual o Observatório faz parte, defende que é através de uma estratégia integrada de combate à pobreza, que actue sobre as causas multidimensionais que provocam a situação de pobreza *suprarreferidas*, que reside a solução do problema das PSSA. Contudo, isto só pode ser feito através da definição e implementação de uma estratégia nacional ou local integrada de combate à pobreza, sendo essencial para pensar e actuar no combate à pobreza de forma completamente diferente da que tem sido usada até agora: a abordagem do problema tem sido feita de forma muito sectorial e, não tem surtido grandes resultados.

A implementação da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, a ENIPSSA 2017/2023, que visa combater e prevenir este fenómeno e não apenas gerir as situações, por oposição às abordagens tradicionais está correcta e é um avanço grande relativamente à anterior estratégia (2009/2015): um exemplo é a designação de “*pessoa em situação de sem-abrigo*”, que anteriormente se denominava apenas como “*pessoa sem-abrigo*”, como se ser sem-abrigo fosse inerente à pessoa, como a cor dos seus cabelos. A alteração da designação reflecte também a alteração de paradigma: esta é uma situação temporária que a pessoa atravessa, não é algo inerente à sua entidade e reflecte a alteração da abordagem institucional.

Assim, a intervenção directa junto desta população, no presente, não pode deixar de ser acompanhada em permanência do diagnóstico regular e actualizado, fundamental na prevenção. Torna-se fulcral que exista um sistema de monitorização de indicadores de risco, para a definição e planeamento da acção futura, pelo acompanhamento da evolução desses indicadores. Deu exemplos como sejam a monitorização da dificuldade de manutenção da habitação, seja pela dificuldade em pagar a renda ou o empréstimo, ou pela quantidade de candidaturas a programas habitacionais, mas também a monitorização das próprias respostas actuais e existentes – cálculo de custo/benefício de soluções implementadas já como são os albergues ou o *Housing*

First. Na sua opinião, fazendo-se este balanço, consegue-se perceber quais são as melhores estratégias a prosseguir e aquelas que devem ser abandonadas ou adaptadas, para um desenho mais eficaz das políticas públicas.

III - Intervenções das entidades convidadas:

Joana Marques, representante da Associação Animalife:

Começou por referir, que a Associação Animalife apoia a população de PSSA no que respeita ao cuidado com os seus animais. Segundo Joana Marques, uma das razões que leva ou mantém as pessoas na situação de sem abrigo é a falta de respostas habitacionais que permitam a manutenção dos seus animais de companhia.

Tendo em conta que, segundo os dados oficiais existem 361 PSSA, e que em 2018 esta associação apoiou 86 PSSA no âmbito da sua actividade, cerca de 25% da população foi apoiada. Destas, apenas 7 conseguiram recentemente uma resposta habitacional em que não tivessem que quebrar o vínculo afectivo que tem com o seu animal e apenas 2 integraram comunidades terapêuticas com garantia de solução para o seu animal, sendo que as restantes 77 pessoas continuam ainda na rua sem resposta. Desde o início de 2019 tinham já atendido 26 PSSA.

Que tendo em conta estes números tão expressivos, este factor da realidade das PSSA não pode nem deve continuar a ser ignorado pela maior parte das entidades envolvidas, é uma realidade precisa de ser analisada e tida em consideração, não restando dúvidas da necessidade urgente de criação de respostas conjuntas e integradas, e que na elaboração do Plano Municipal para a pessoa Sem-abrigo 2019/2021 ela deve ser abordada, já que as respostas se têm manifestado insuficientes.

Maria Teresa Duarte, representante da AEIPS, Associação para o Estudo e Integração Psicossocial:

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Diz que o trabalho feito até agora é já palpável, sobretudo na cidade de Lisboa, quer pela criação no NPISA, que permite uma abordagem integrada das situações, quer pelo Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo 2016 – 2018 que será brevemente actualizado pelo Programa Municipal para a Pessoa em situação de Sem-abrigo 2019-2021, que permitirá, agora sim, implementar respostas importantes.

Maria Teresa Duarte vem representação da Associação para o Estudo e Integração Psicossocial, que há 10 anos implementou uma resposta então pioneira, um projecto-piloto, o “Projecto Casas primeiro”, que, nos dois primeiros anos contou com o apoio do Instituto de Segurança Social e, desde 2012, com o apoio da Câmara. É um projecto de abordagem da “*Housing First*”, que precisamente se dirige para as pessoas que estão em situação de sem-abrigo há mais tempo, há mais anos. Têm utentes que estão há muitos anos na rua: mais de cerca de 50% das pessoas a quem dão apoio estão há 10, 15, há 20 anos na rua. A população alvo do projecto, além de ser PSSA de longa duração tem também problemas de saúde mental grave, doença mental, sendo que 80% tem diagnóstico de esquizofrenia.

As habitações são dispersas pela cidade, o que favorece a integração dos utentes de volta na comunidade. Esta é uma resposta social importante porque as PSSA não desejam ir para instituições, precisam de respostas individuais. Esta resposta, além de providenciar uma casa ao utente, dá-lhe também o acompanhamento de toda uma equipa. Uma equipa de apoio técnico especializado e de apoio 24 horas que faz todo o esse trabalho de acompanhamento ao nível da gestão da casa, ao nível de acesso aos serviços e aos recursos da comunidade e numa perspectiva de integração.

É importante perceber que estas pessoas, estes programas, esta metodologia tem uma taxa de manutenção da habitação entre 85 a 90%, o que significa que as pessoas que estiveram na rua todos aqueles anos, não é porque não soubessem manter uma casa, é porque não tinham essa resposta; que, quando dada, as pessoas deixam de estar numa situação de sem-abrigo, de sem-tecto, de viver na rua e passam a viver de forma muito integrada.

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Acrescenta que Lisboa está a ser reconhecida, também, a nível da Europa e do mundo por desenvolver este tipo de projecto, e que isso é também motivo de orgulho. A AEIPS teve já visitas de mais de 300 profissionais de vários países da Europa e recebe convites internacionais de vários continentes para ir apresentar o projecto.

Finaliza dizendo que as respostas já existem em Lisboa e que podem ser ampliadas às 361 PSSA que ainda estão na rua. São respostas individuais e individualizadas, programas feitos à medida com grande taxa de sucesso, como aliás confirmam que estas são das medidas mais eficazes para a resolução das situações de sem-abrigo.

José Ornelas, representante do Instituto Superior de Psicologia Aplicada:

Estamos a viver um momento histórico, não só em Portugal, mas a nível mundial, em que se está a encontrar as soluções com resultados visíveis: há países que estão a conseguir retirar quase plenamente as PSSA da rua; o Canadá é um excelente exemplo, sobretudo o Estado de Alberta, assim como alguns Estados dos EUA.

A investigação sobre as soluções para as situações sem-abrigo é imensa. Da Europa, conseguimos trazer um projecto de investigação do “Horizonte de 20.20” para Portugal; o ISPA tem um orgulho muito grande em coordenar esse Projecto e o projecto tem consistido principalmente em estudar esta solução do “*HousingFirst*” a vários níveis. Por exemplo, 52% dos portugueses que foram inquiridos, apoiam esta ideia e acham que o Governo e eles próprios estão disponíveis para darem mais apoio a soluções inovadoras. Assim, embora se diga por vezes que as PSSA não são um grupo de interesse eleitoral, a percepção que os cidadãos portugueses têm das PSSA é que este é um assunto muito importante.

Em relação às pessoas que são utentes de projectos de *HousingFirst*, apresentam resultados extremamente interessantes; por exemplo, em termos de saúde mental há uma redução significativa da sua sintomatologia psiquiátrica, há uma redução de utilização de drogas e de álcool e há uma maior

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

integração comunitária, as pessoas passam a participar muito mais na sua comunidade, a deixarem as redes das PSSA.

Isto é informação que nos interessa muito aprofundar, cada vez mais; dados para os políticos, os decisores públicos, terem em consideração nas suas decisões. Ou seja, como disse Miguel Coelho na sua intervenção, é muito importante não só que haja dinheiro, mas sobretudo onde é que o dinheiro é investido.

Assim, os programas de *Housing First* têm sido objecto de muitos estudos académicos, por serem tão inovadores e aportando resultados muito positivos na resolução da problemática.

Esta solução, a par com a implementação de outras soluções habitacionais, tem sido providencial na diminuição do número de PSSA em Lisboa – já que é a que apresenta resultados mais fortes em termos de integração, de contactos, de ligações à comunidade e de saída das redes de sem-abrigo, e mesmo de empregabilidade.

Também as equipas que implementam esta solução têm sido muito estudadas, por porem a tónica da sua actividade na reintegração na sociedade das PSSA.

Finalmente, afirma que as políticas de reintegração das PSSA em Lisboa são muito avançadas.

Américo Nave - Associação CRESCER:

Na sequência da intervenção de José Ornelas, aproveita para nomear o projecto: Home_EU (*Homelessness as unfairness*, ou “Sem-abrigo como injustiça”); este é um projeto de investigação que que pensa ser importante para quem quiser conhecer mais dados na área do *Housing First*.

Em seguida, aproveita para corroborar o que disse Celeste Brissos disse, no sentido de ser louvável não encontrarmos crianças e/ou famílias em situação de sem-abrigo, que isso constitui uma mais valia da nossa sociedade e comunidade. Pergunta-se então se a tendência será a de erradicarmos também a situação de sem-abrigo por entre as pessoas que a sociedade e a comunidade têm deixado permanecer na rua; isto é, que deveríamos olhar para as populações que

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

persistem na rua da mesma maneira que encaramos a possibilidade de ver famílias com crianças em situação de sem-abrigo! – o que significa que, neste momento, olhamos diferentemente para a possibilidade de ver famílias com crianças na rua que para a de ver outras pessoas que permanecem nesta situação durante 10, 15 ou 20 anos e que a nossa apreensão deveria ser a mesma, já que estes indivíduos são tão meritórios como os outros. Porque é que não toleramos uma família ou uma criança na rua, mas compactuamos com o facto de que haja pessoas estão há 30 anos a viver situação de sem-abrigo?

Assim, reitera a pergunta que fez aquando da apresentação do PMPSA 2019-2021: como é que se vai resolver a situação das 361 pessoas que estão em situação crónica na rua?

Diz que há muitos casos complexos e que concorda o facto de que o que lhes é transversal é o factor da pobreza; que a questão não é a saúde mental, não é a psiquiatria, não são as dependências... a questão é pobreza! Acrescenta que qualquer um de nós que acabe numa situação de sem-abrigo, mais tarde ou mais cedo acabaria por ir dar ao serviço do Doutor António Bento – porque, depois de estar em situação de sem-abrigo, independentemente da causa que nos teria lá feito chegar, estaríamos certamente necessitados de serviços de psiquiatria, pelas vicissitudes inerentes à condição de sem-abrigo. Ilustra com o exemplo que deu Celeste Brisos do Doutor Álvaro de Carvalho em que foi a pobreza que levou a uma situação de cuidados psiquiátricos e não o inverso.

Que é criar um estigma em relação às PSSA quando insistimos em falar sempre da saúde mental e das dependências (que existem de facto; e que são variáveis que complicam e dificultam a vida às PSSA e que, evidentemente, concorrem para a permanência das PSSA na rua!), mas que o factor da pobreza é, no seu entender, é a questão que leva a que as pessoas entrem e permaneçam numa situação de sem-abrigo.

E, por isso está muito de acordo com ter de se trabalhar também na área da prevenção, que tem de haver mais projectos nessa área! Que quando se fala de PSSA, temos de falar também de pessoas que ainda têm emprego, mas é precário, que têm rendimentos baixos, que estão em situação de perder a casa. É

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

preciso actuar aí para prevenir que as pessoas cheguem à situação de sem-abrigo.

Interroga-se então sobre o porquê de instituições como a SCML aumentarem os seus orçamentos e custos na área das PSSA e, ainda assim, permanecem as situações de sem-abrigo. Os planos existem para 2019; para 2020; para 2021... mas e estes 361? Quando verão eles, cada um, a sua situação individual abordada? Cada uma destas pessoas tem problemas individuais e questões particulares; quando é que vamos resolver o problema destas pessoas que estão em situação de sem-abrigo?

Terminou focando um aspecto que reitera frequentemente, que é o do custo de uma pessoa estar em situação de sem-abrigo: quantas vezes, é que o INEM é chamado para as pessoas que estão em situação de sem-abrigo? Comparativamente, quantas vezes é que as PSSA são atendidas nas Urgências hospitalares e quantas vezes outrem não tem de a elas recorrer tão somente porque vive numa casa? Quantas vezes, é que uma PSSA está num hospital e tem alta médica e clínica e não tem alta social, pela sua condição? e que, exclusivamente por esta razão, continua a gastar dinheiros ao erário público! Quantas vezes é que estas pessoas, por inerência da condição de sem-abrigo, continuam numa situação de porta giratória e se mantêm anos e anos e anos em situação de sem-abrigo, por não ser possível dela escapar?

Henrique Joaquim - Comunidade Vida e Paz:

Realçou e congratulou a cidade pelo facto de Lisboa ser o único Município português com o plano municipal específico para abordar a problemática das PSSA, fala da problemática da partilha de informação entre as várias instituições, tanto para uma eficaz elaboração de estratégias, como para evitar cair em generalizações e poder tratar cada caso individual sem recorrer a tipificações.

Em seguida fala da actual incapacidade de resposta de alojamento para as 361 PSSA e ainda menos para as 1960, que, não estando na rua, não possuem tecto; diz que a solução reside na diversificação de respostas.

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Na sequência, afirma que transformar Lisboa numa cidade acolhedora para estas populações também se conseguirá através da resposta imediata para a situação de sem abrigo, com posterior enquadramento socio-económico do utente.

Diz que essencial seria a possibilidade de as PSSA terem acesso a morada postal para não terem de depender de instituições para este fim; sugere que Lisboa seja a primeira cidade a solucionar este problema.

Diz que à semelhança do que foi feito com a mobilidade se deveria rentabilizar os recursos e olhar para este problema social complexo numa óptica metropolitana e não apenas municipal, com partilha de recursos. Que não haverá sucesso nas políticas para as PSSA se não se trabalhar na prevenção.

Sugere a criação de um fórum, de espaços onde as PSSA tenham voz no discurso directo, para não terem de o fazer através de alguma instituição. Que as PSSA conhecem melhor as suas necessidades que aqueles que possam por elas falar. Que ouvi-las seria importante para que se percebesse porque é que não esta PSSA não acede aos serviços, ou aquela é uma PSSA “crónica”, ou que PSSA de tal está na rua “*porque quer*”.

Que isto se consegue através do trabalho directo com as PSSA, que a avaliação será boa e a percepção sobre as razões para a rejeição de serviços que são oferecidos - rechaçando os juízos moralistas que põe a PSSA como um ingrato; que apenas assim se solucionará o problema.

Terminando, diz que se está perante um problema social complexo que exige respostas que não sejam lineares, que sejam flexíveis no tempo e ajustadas aos territórios e, no limite, aos contextos de cada PSSA individual. Que se o trabalho for centrado no indivíduo, se se trabalhar a prevenção, numa verdadeira governação integrada na estratégia nacional, porque – ressalva: o facto de estar da estratégia estar definida não quer dizer que esteja instituída – Lisboa pode em 2023 não ter ninguém em situação de sem-abrigo na rua por mais de 24 horas; e que enquanto houver medo de o advogar, se vai ter medo de ir atrás do objectivo, e que, assim, haverá sempre pessoas na rua.

Termina dizendo que não dorme de consciência tranquila e assume que os presentes também não porque este é um desafio com solução, já que são 361 PSSA e não três mil.

IV - Intervenções do Público:

Sofia Vasconcelos Nunes:

Identifica-se enquanto Técnica Superior de Teologia na Câmara Municipal de Lisboa, tendo trabalhado com a Comunidade Vida e Paz de entre 1996 e 2004, tendo tido experiência directa como voluntária junto dessa população.

Diz que não há PSSA que vivam na rua por opção, que não é nunca um percurso artístico ou filosófico que as conduz a esta situação, que são sempre situações involuntárias. Afirmar que qualquer pessoa pode cair nesta situação e que o processo para sair dela é difícil. Que não há uma PSSA-tipo, que esta é sempre o final de um caminho individual que é marcado por factores que são, sim, comuns a muitas PSSA, como sejam o desemprego, a doença mental, o consumo de psicotrópicos ou a destruturação familiar.

Diz que é através da criação de laços de confiança que se pode chegar às pessoas nesta situação e que tal tem imperativamente de ser feito tanto por cidadãos como por entidades oficiais, porque não é concebível que ainda haja pessoas com fome na rua.

Termina dizendo que o acolhimento é o maior problema, porque é pouco e sempre temporário e que, por isso, é difícil para as equipas de rua acompanhá-los em situação de doença, nomeadamente no âmbito da doença mental.

Jorge André Moreira [o município leu uma comunicação, que se reproduz]:

“Caros Senhores Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa, Caros Oradores e Mesa, caras Entidades da Sociedade Civil e Público.

No seguimento do tema de hoje “Estratégia de Redução da População em Situação de Sem-abrigo”, e sobre a temática “Combate à Pobreza e a Estratégia

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

de Redução da População em Situação de Sem-abrigo”, venho expor e informar sobre um caso pessoal e uma questão concreta relativamente a este tema no seguimento da última intervenção.

Verificando-se uma situação de ato criminal de qual o cidadão tenha sido alvo, nomeadamente actos criminais constantes no Código Penal Livro II Parte Especial no seu Título I Dos Crimes contra as Pessoas, pela sua consumação e encontrando-se o cidadão sem resposta habitacional decorrente dos factos, dá-se a impossibilidade do direccionamento devido para a resposta de assistência apropriada, no que consiste inexistência de uma política desagregadora sistemática e universal dos fenómenos conducentes a uma situação de não abrigo.

No sentido da Lei 112/2009, de 16 de Setembro, Regime Jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência das suas vítimas, no seu Art.º 60º n.º 1 “As casas de abrigo são as unidades residenciais destinadas a acolhimento temporário a vítimas (...)” e Art.º 12º “O Estado, tendo em conta as necessidades de saúde, assegura as medidas apropriadas com vista a garantir o acesso equitativo da vítima aos cuidados de saúde de qualidade apropriada.” Depreende-se a necessidade de atender ao quadro traumático da experiência em si, mas a necessidade de atender igualmente a todos os epifenómenos de causalidade análoga, não obstante atingir qualquer cidadão independentemente da qualidade dos intervenientes e do fenómeno ocorrido.

Na essência da abstracção da própria experiência de trauma, onde segundo a Constituição da República Portuguesa conforme o Art.º 24º n.º 1 “A vida humana é inviolável.”, Art.º 64º n.º 1 “Todos têm direito à protecção da saúde e o dever de defender e promover.” Art.º 13º n.º 1, em que “Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.”, Independentemente do fenómeno fonte de trauma (acidentes, violência, catástrofes, calamidades, etc) também corroborados no Código Penal Livro II Parte Especial Título IV Dos Crimes Contra a vida em Sociedade, pela incapacidade ao centrar toda a sua atenção na manutenção da sua integridade física e psíquico, compreende-se que

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

apesar de uma condição clínica de trauma psíquico, em caso algum a cidadania plena materializada no Art.º 26º n.º 1 onde: “A todos são reconhecidos os direitos (...) à capacidade civil (...) e à protecção legal contra quaisquer formas de discriminação”, possa ser colocada em causa pelas razões atrás mencionadas. No âmbito independente, tendo sido contactando o órgão de Estado, Provedor de Justiça, aguarda-se resposta sobre as diligências efectuadas. Uma acção no âmbito jurisdicional encontra-se em avaliação.

Que o Estado se liberte do medo de assumir as suas responsabilidades e no princípio da causalidade ao invés da experiência concreta ou consequência, pela constituição de centros especializados, e em que pela questão: “Qual a razão por que perdeu a sua habitação? Como o(a) podemos auxiliar nessa recuperação?”

No princípio da capacidade civil, segundo Art.º 26º n.º 1 da Constituição República Portuguesa e nos 4 pilares do ser humano (físico, mental, emocional e espiritual).

Exorto os Senhores Deputados desta Assembleia e demais agentes de direito, no âmbito das suas competências e no eventual futuro processo de regionalização na Área Metropolitana de Lisboa, a equacionar uma rede de centros especializados, segundo a causalidade do fenómeno de não abrigo (dependências, doenças físicas, desordens mentais entre os quais o trauma psíquico, carência económica, e/ou outros).

Exorto igualmente os Senhores Deputados dos Grupos Parlamentares com assento parlamentar na Assembleia da República, a colaborarem com os seus pares no âmbito da Lei de Bases da Habitação a ser votada contemplando a questão concreta dos centros especializados a serem criados.

Não é diferente dos muitos casos que conheci na rua e centros de acolhimento e que infelizmente não encontram resposta nem solução. Sou abençoado por estar aqui, e desejo que essa bênção possa chegar a todos aqueles que anseiam por ela.

Por isso, vamos fazê-lo?”

José António Marin:

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Começou por saudar as intervenções dos oradores.

Disse que desde 1987 já tinha falado na AML mais de 30 vezes, e que não será demovido de o fazer de cada vez em que tenha oportunidade.

Que para resolver a sua situação habitacional lhe ofereceram caridade, *“um albergue ou um quartinho”*, mas que quem aceita tais situações deixa de contar para as estatísticas [das PSSA], e que por isso intervém na qualidade de cidadão em situação de risco, de pré-despejo, de indignado, não só com quem governa a Assembleia Municipal, com quem governa a Câmara Municipal, mas também com as instituições como a Santa Casa da Misericórdia, *“que não passa de uma instituição de “tias” que olham para nós como coitadinhos...”*

Denunciou o assistencialismo destas instituições que ao invés de assistirem aqueles que deveriam servir, os mantêm numa situação de subserviência e dependência e dá o exemplo de um contacto para centro de emprego, segundo as regras institucionais, ter de ser feita pela assistente social, ao invés de poder ser o utente a fazê-lo; o que, a seu ver, dá uma imagem junta da instituição que se contacta de que o utente é inepto.

Disse que a UTC - os serviços camarários que deveriam assegurar que o lugar onde vive é seguro - não o fazem e, caso haja um tremor de terra, se fina por entre escombros.

Diz que denunciou ocupações ilegais, tecendo comentários depreciativos sobre a etnia das pessoas que levaram a cabo essa ocupação, e que que não teve resposta alguma.

Terminou dizendo que a distribuição alimentar feita pelo Banco alimentar é uma fraude, que serve apenas para ajudar os supermercados a livrarem-se dos produtos que já não prestam, alimentando assim os pobres da cidade com comida que não é nutritiva, fazendo com que a população que dela depende seja pouco saudável.

Maria José Domingos:

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Começou apelando a que esta iniciativa tivesse lugar anualmente e que se monitorize as situações de pobreza na cidade de Lisboa, assim como o número de pessoas em situação de sem-abrigo na cidade também.

Disse que embora Portugal seja um país pobre e um dos mais desiguais da União Europeia a obtenção de prestações sociais se faz apenas mediante a apresentação da condição de recursos e que por isso é uma falácia que haja uma infinidade de pessoas que não tem direito a elas a usufruir dum direito que não tem. Disse que, ao invés, a fuga ao pagamento de impostos é muitíssimo comum. Referiu que tristemente se apercebeu que há grande desconhecimento da existência de uma Estratégia Nacional para a Erradicação das Situações de Sem-abrigo a nível nacional, e que esta estratégia se operacionaliza a nível local: que ela não é apenas responsabilidade do Estado português, mas que a sua operacionalização é levada a cabo por uma miríade de organizações que estão próximo de uma população que a conhecem e que sabem como intervir com ela. Afirmou que a pobreza e as situações de sem-abrigo não se combatem com caridade nem só com o voluntariado, que é necessário apostar nos profissionais que no dia-a-dia trabalham com estas populações e que tentam, de facto, dar uma resposta diferente.

Terminou reiterando o apelo à Assembleia Municipal para que monitorize a situação de pobreza na cidade de Lisboa.

V - Respostas dos Oradores Convidados:

Resposta do Vereador Manuel Grilo:

Começou por afirmar que já conheceu um conjunto de associações e organizações, e um conjunto muito grande de pessoas em situação de sem-abrigo, tendo já realizado várias visitas à noite e, de facto, nunca lhe passou pela cabeça, nem nunca obteve nenhuma resposta de um sem-abrigo que fosse para a rua por iniciativa própria, por querer estar naquela situação, tendo todos eles motivos bem definidos, bem claros, para terem a condição de sem abrigo.

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Disse que existem propostas que carecem de prova e, portanto, não se podem atirar “*propostas para o ar*”, porque nos parecem muito modernas.

Em relação às famílias de acolhimento de sem-abrigo, disse que a Câmara Municipal de Lisboa está disponível para acolher um projecto deste tipo e, naturalmente, espera pelas famílias voluntárias para acolherem e para serem famílias de acolhimento de sem-abrigo, concluindo dizendo que existindo esse projecto e essa lista de famílias de acolhimento, certamente que terão na Câmara de Lisboa, acolhimento para ajudar, porque a Câmara Municipal de Lisboa, não rejeita nenhum projecto, deste que ele prove ser sério e desde que o prove ser efectivo.

Quanto às questões de doença mental disse que de facto é difícil distinguir se foi a doença mental que levou o cidadão à situação de sem-abrigo, se foi a situação, do cidadão ser sem-abrigo que o levou à doença mental. Disse ainda, que as perturbações do sono decorrem de situações de sem-abrigo e que elas são generalizadas às pessoas que estão nesta situação e que não conseguem ter um sono descansado, reparador e que esta situação é referida constantemente pelos sem abrigo.

Disse ainda, que é sempre problemático assistir a algumas pessoas acordarem uma pessoa em situação de sem-abrigo que estava naquele momento a dormir e a reacção, de facto, não foi a melhor, pois notava-se que a pessoa valorizava imenso os momentos, os poucos momentos, em que conseguiu adormecer.

Disse também que tem estado a monitorizar, com algum cuidado os programas *Housing First* e, portanto, tem estado a visitar e quer agradecer ao Doutor José Ornelas, à Doutora Teresa Duarte, mas também ao Doutor Américo Nave, a paciência que têm tido, aquilo que têm insinado e tem mostrado, de situações de pessoas sem-abrigo, em modelo *Housing First*, e os resultados extraordinário que se pode constatar.

Mais disse, que o Doutor Américo Nave colocou uma questão muito concreta, como é que vamos resolver a situação dos 361 sem abrigo, quando e como? Disse que no debate que teve lugar na Câmara Municipal de Lisboa, em relação ao plano municipal para a pessoa em situação de sem-abrigo, houve o

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

compromisso do Senhor Presidente da CML, no sentido de garantir respostas para estes 361, e portanto, é com isto que se trabalha, naturalmente, quando conseguimos este nível de compromisso para retirar as 361 pessoas, isto é encontrar soluções para estas pessoas.

Disse que é necessário encontrar também soluções, de inserção social, de inserção no mercado de trabalho, para a quem isso ainda é possível.

Referiu ter estado há pouco tempo com um grupo de pessoas, que estão no programa *Housing First*, e neste debate de viva voz com as pessoas que estavam em situação de sem-abrigo, neste caso apoiadas, houve intervenções, que foram extremamente esclarecedores, sobre muito do que temos de fazer, também, nestes centros de acolhimento, e por isso, embora não esteja contemplado no plano o valor, estamos a trabalhar, no redimensionamento de um conjunto de centros de acolhimento, que hoje são excessivamente grandes, que hoje são, de facto, indignos da cidade, e têm seguramente, porque teve oportunidade de ver, trabalhadores, e têm técnicos extraordinários, mas o edificado, merece ser completamente alterado.

Disse que em relação ao Doutor Henrique Joaquim, referiu ser necessário rever todas as respostas de alojamento temporário, ou de transição, e ter coragem, e capacidade de recusar e dizer não a algumas soluções, que não dão resposta efectiva, e dizer não, a algumas coisas que têm, naturalmente que ser profundamente alteradas.

Estas respostas de alojamento temporário, de alojamento de inserção, algumas de entre elas, têm que alterar-se profundamente.

Depois referiu questões como o acesso a morada postal e o direito a todos termos morada postal (porque quem não tem direito a uma morada postal, tem muita dificuldade em aceder a apoios sociais).

Disse quanto às questões de residência, a CML recebe pessoas em situação de sem-abrigo provenientes de muitos lados do país, dizendo que deve existir a coragem política, que pode ser inconveniente, mas que temos todos que assumir, que quem está em Lisboa, tem que ser atendido. São todos cidadãos, e todos eles têm direito ao melhor atendimento possível, independentemente de

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

serem residentes, ou terem nascido em Castelo Branco, ou em São Brás de Alportel, estão cá, e para todos temos que encontrar uma resposta.

Disse ainda, que outros sítios a CML também tem que fomentar respostas de qualidade, para que não haja a necessidade destas pessoas virem para Lisboa, e aquilo que colocou de uma lógica metropolitana, de ter esta lógica de intervenção a nível metropolitano, provavelmente a nível regional e a ENIPSA (Estratégia Nacional para Integrar pessoas sem-abrigo) devia ter uma lógica de articulação nacional, espera que sim, que venha a ter, e que, para isso se aloquem os meios financeiros necessários.

Agradeceu a sugestão da realização de fóruns, para as pessoas terem voz de forma absolutamente independente, dizendo estar a CML em condições de acolher de forma incondicional, e de a inserir no programa municipal, ou noutros documentos estruturantes.

Disse ser evidente que ao nível da prevenção, tem sido realizado um trabalho que é também articulado com o Pelouro da Habitação e do Desenvolvimento Comunitário, no sentido de garantir respostas para as pessoas que estão em risco de perder a sua habitação, tendo em atenção o problema da habitação na cidade de Lisboa, mas tem havido passos que têm sido dados nesse sentido, no sentido da prevenção da pessoa que perde a sua habitação, também no sentido de apoio às pessoas que estão a ser vítimas de *bullying* para o despejo, frisando a acção de algumas Juntas de Freguesia, que tem apoiado os seus fregueses, na resistência a estes processos de *bullying* no sentido de expulsarem as pessoas de habitações que têm arrendadas, dizendo que há Presidentes de Juntas de Freguesia na cidade de Lisboa que têm feito um trabalho muito meritório nesta área.

Referiu ainda, ser necessário também ver as questões depois dos rendimentos das famílias, e portanto, o risco de pobreza, que tem muito a ver seguramente com a política de salários, que tem muito a ver também com a política de estabilidade no emprego, e portanto, isto compromete-nos a todos, não sendo possível equacionar respostas, sendo que depois todas as condições apontam para situações de pobreza extrema, e ao primeiro abano temos mais pessoas em

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

situação de sem-abrigo na rua, e naturalmente nós temos que agir antes, temos que agir ao nível das políticas nacionais, que têm que privilegiar os salários, e tem que privilegiar a estabilidade no emprego.

Por fim, disse que é verdade que há problemas nalguns centros de acolhimento em receberem pessoas que levam consigo os seus animais, mas têm sido encontradas respostas para que os animais possam acompanhar as pessoas em situação de sem-abrigo sempre, por exemplo, que são activados os planos de contingência.

Referiu que é sempre garantido, em momentos de crise, em momentos em que é decretado um plano de contingência, seja porque, normalmente por causa do frio, e sim, garantimos sempre a resposta para a pessoa que está em situação de sem-abrigo na rua, e que naquele momento precisa, porque é necessário porque o frio assim o obriga a ir para uma situação de pernoita abrigada, e então aí sim, garantimos sempre, quer o transporte, quer centros de acolhimento que permitam a entrada dos animais.

Resposta de Miguel Coelho:

Disse que se tivesse que refazer sua intervenção, diria que a refazia com três tons, duas alterações, uma grande conclusão, e uma semidesilusão.

Relativamente às alterações, a primeira tinha a ver com uma coisa muito simples, quando identificou as potenciais causas de situação de sem-abrigo, e identificou uma opção voluntária, era meramente um exercício académico, era uma hipótese, mas que não significava que fosse representativa, porque na realidade.

Disse que subscrevia na íntegra o que disse o Doutor António Bento, e admirava a sua luta de trinta e cinco anos, dizendo que ficámos todos muito enriquecidos com a sua intervenção, precisamente porque coloca o dedo, se calhar numa ferida muito importante.

Estas seriam as duas alterações à sua primeira intervenção, eliminar a referência que gerou tanta celeuma, de que havia sem-abrigos voluntários, porque não queria transmitir esta ideia como uma generalização, era um

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

exemplo meramente, diria, mais um exemplo, que não tem representação pelo que se viu. Reforçaria a questão da doença mental, e isto significa que há uma articulação com o Sistema Nacional de Saúde que tem que ser feita.

A grande conclusão que referiu, é que realmente não chega colocar meios, em cima de meios, porque nem sempre conseguimos atingir os fins, e portanto, temos que ter alguma geometria variável e ver na análise custo benefício, aquilo que melhor consegue cumprir os objectivos.

Falou de prestações, isso no âmbito daquilo que é a Segurança Social, prestações sujeitas a condição de recurso, mas que na realidade eram atribuídas a pessoas que não precisavam. Referiu que a conclusão não é sua, a conclusão é de alguém insuspeito como o Professor Carlos Farinha.

Disse que um outro aspecto importante relativamente aos meios, tem a ver com as contas que se podem fazer. Para isso, na sua opinião, basta pegar no número de 361 de sem abrigo da cidade de Lisboa: Mil euros por mês, doze meses, trezentos e sessenta e um, são cinco milhões de euros. Cinco milhões de euros, é um número que qualquer Câmara Municipal como a da dimensão de Lisboa, a Santa Casa, ou a Segurança Social, consegue resolver instantaneamente, e resolvia-se o problema, o que se prova é que se calhar, não são estes cinco milhões de euros que chegam, é muito mais do que isso.

Quanto à semidesilusão que referiu, disse que a proposta que apresentou, não é extraordinariamente inovadora, no âmbito das crianças e jovens em risco, a Segurança Social há muitos anos que faz isto, ou seja, há muitos anos que há uma relação entre a Segurança Social e as famílias de acolhimento, no sentido de integrarem estes jovens e crianças em risco. O desafio será criar para os casos elegíveis, e se calhar até não são tantos, porque grande parte dos problemas tem a ver com doença mental, uma situação semelhante ou paralela.

Terminou dizendo que o que referiu não é um ato de obrigação, não é um ato imposto a ninguém, é um ato de vontade própria, e pretende, de certa forma simbolizar esta necessidade, que é a comunidade tem que participar, tem que intervir, e nós todos os dias somos confrontados com estas situações, muitas vezes fazemos uma chamada, no outro dia, provavelmente, e até os serviços

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

fazem o apoio que tem que fazer, mas no outro dia a pessoa volta a mesma situação. Portanto, há aqui um esforço da comunidade, e é neste sentido o Estado, as instituições, a comunidade, as famílias, têm que participar, porque se hoje também é certo que sabemos tudo sobre toda a gente, também com certeza, depois de três ou quatro interações, não será difícil saber que uma determinada pessoa em situação de sem-abrigo é familiar de alguém, e esse alguém tem que ser também envolvido no processo.

Resposta de António Bento:

Disse que é voz solitária, por não estar presente outro psiquiatra, mas, sublinhou, que está habituado, há muitos anos, a ser uma voz solitária.

Mais disse, que se não tivesse vindo, não se falava de doença mental, não se falava em psiquiatria, e não existia este problema, é isto muito importante. Disse que os diagnósticos são certificados, e só podem ser feitos por psiquiatras.

Disse que as doenças psiquiátricas existem, que podem ser consideradas feias por algumas pessoas, mas não podem ser desconsideradas.

Convidou os presentes a visitarem o hospital onde trabalha, para verem o trabalho desenvolvido junto dos sem abrigo, para se observar que os sem-abrigo que padecem de doença psiquiátrica existem, e que o seu problema irá continuar a existir.

Resposta de Celeste Brissos:

Intervir dar enfoque numa questão, que é quotidiana na UAPSA (Unidade de Atendimento à Pessoa em situação de Sem Abrigo) que resulta do seguinte.

Todos os dias chegam à cidade novas situações, e este número dos trezentos e sessenta e um é um número muito dinâmico, na medida em que surgem, há pessoas que surgem, que estão na rua, e todos os dias deixam de estar na rua, porque a equipa e o atendimento existe, as respostas existem, e existe um esforço imenso da parte dos técnicos, de todas as entidades parceiras, não só por parte da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, e que gostou de deixar isso muito claro.

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Disse que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa tem, todos os dias, um grande número situações novas, e que têm respostas, e têm respostas porque as instituições estão a funcionar, apesar de todas as carências, de uma forma integrada, procurando a resposta mais adequada,

Disse ainda, que neste momento na cidade de Lisboa, existe uma situação gravíssima, que é questão de não existir alojamento para as pessoas, nomeadamente em casas, em quartos, nomeadamente até na própria indústria hoteleira, estando também os centros de acolhimento cheios. Disse que a indústria hoteleira já não responde, quando os centros de acolhimento estão todos cheios, já não tem capacidade de responder, porque, como toda a gente sabe, neste momento, a cidade de Lisboa está na moda, é muito procurada, e não há respostas de alojamento de uma forma fácil.

Frisou dessa forma a importância de haver respostas de habitação social, de *Housing First*, de *Cohousing*, de apartamentos partilhados, como disse o Senhor Vereador, tendo de igual forma referido ter ficado contente por ter mencionado que vai haver um trabalho no sentido de os centros de acolhimento poderem ser mais pequenos, e as respostas mais diversificadas na cidade de Lisboa, para as diferentes situações, e para diferentes problemáticas.

Resposta de Catarina Cruz:

Disse que o rendimento, é o cerne da questão, e que enquanto tivermos uma política de baixos rendimentos, com baixas condições, com fracas condições, não vamos conseguir actuar no combate à pobreza, nem nas situações de sem-abrigo, sendo que o problema mas vai muito mais além do nacional, esta política é uma questão europeia, e por isso, é necessário trabalhar, e batalhar também a nível europeu.

Relativamente às questões da habitação, e aos problemas de habitação que Lisboa está a viver, lançou um repto à Câmara Municipal de Lisboa e à Santa Casa Misericórdia de Lisboa, que são as duas entidades que mais propriedades imobiliárias têm na cidade de Lisboa, no sentido de, em conjunto, encontrarem uma solução de alojamento, quer para reagir às situações de emergência, em

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

questões de reacção, ou então também nas questões de prevenção, numa lógica de governação partilhada, onde julga poderão fazer um bom trabalho.

Disse que para si um animal para uma pessoa que está em situação de sem-abrigo, muitas vezes é o único vínculo que lhes permite ter relativamente à sociedade, por isso, torna-se fundamental haver respostas, ou novas respostas, mas que respondam a essa realidade. Uma pessoa em situação de sem-abrigo desvincular-se de um animal, não é fácil, porque o mesmo não é uma coisa, o animal é um ser vivo, ciente, que lhe permite manter este vínculo à sociedade.

Disse ter estado na apresentação do programa do Projecto *Home_EU* e a avaliação que foi feita e apresentada, fez sê-la ser expectante, ao ver o projecto a tornar-se este projecto numa política pública, porque realmente demonstrou, e não é só este projecto em específico, mas outros estudos, que vindo a ser feitos nesta resposta de “Casas Primeiro”, e por isso, na sua opinião, pode-se para outro patamar, em vez de ser um mero projecto temporário.

Referiu ainda que não basta realizar-se um plano com objectivos, na lógica da prevenção, da intervenção, mas é necessário ter-se metas muito concretas, porque senão continuamos aqui a falar sempre do mesmo, e a falar sempre dos mesmos números sem perceber se andámos para frente, ou se andámos para trás.

VI - INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS E DEPUTADOS MUNICIPAIS INDEPENDENTES:

Deputada Municipal Carla Madeira (PS):

“Senhor Presidente da Mesa, caro colega Davide Amado, Senhor Vereador Manuel Grilo, senhoras e senhores convidados.

A dignidade é um valor que é intrínseca à própria vida da pessoa, e constitui a fonte ética dos direitos, liberdades e garantias individuais e dos direitos económicos, sociais e culturais colectivos.

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

A dignidade é um valor ético imprescindível a uma sociedade que se pretende cada vez mais coesa, justa e desenvolvida, e constitui um princípio basilar do estado de direito democrático.

Garantir que todos, e cada um dos cidadãos vivem em condições dignas, e que têm as suas necessidades básicas preenchidas, designadamente em termos de acesso à habitação, à saúde, à segurança, entre outras, é um imperativo que deve ser tido como um desígnio colectivo para o qual todos estamos convocados

Face às diferentes dimensões e especificidades que estão associadas a este fenómeno, nomeadamente nos domínios da saúde física e mental, desemprego, pobreza, exclusão social, entre muitos outros, a situação de sem-abrigo é uma das realidades mais complexas e exigentes e árduas de enfrentar.

Neste contexto, a Câmara Municipal de Lisboa, tem vindo a demonstrar grande esforço e determinação para responder às necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo, como revela a sua intervenção na coordenação partilhada, com o Instituto de Segurança Social, e a Santa Casa da Misericórdia, do Núcleo de Planeamento e Intervenção dos Sem-abrigo, onde foram centralizadas e optimizadas as respostas direccionadas para as pessoas sem-abrigo, designadamente ao nível da alimentação, do apoio psicossocial, da higiene pessoal, etc. O que contribui muito para a melhoria das respostas dadas a esta população.

As respostas que existem na cidade de Lisboa para a população sem-abrigo que são várias, e com o ENIPSA já foi possível melhorar a articulação entre instituições, contudo, ainda é necessário criar alternativas diurnas para as pessoas sem-abrigo que pernoitam em centros de alojamento, nomeadamente, onde se possa trabalhar competências pessoais e sociais, através de ateliers ocupacionais, por exemplo.

Também é imperioso redimensionar os centros de acolhimento, de modo a conferir maior dignidade às pessoas sem-abrigo, e criar respostas mais individualizadas não podemos continuar a ter, por exemplo, na área do Cais

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Sodré, zona onde está localizado o NIPSA, cerca de quarenta pessoas a pernoitar, porque o NIPSA é uma resposta diurna.

Da mesma forma que um pouco mais acima os albergues nocturnos, que são uma importante resposta nocturna, tenham durante o dia muitos dos seus utentes sentados nos degraus da porta. É por isso essencial investir numa maior articulação das respostas existentes, nas vinte e quatro horas do dia.

E cada situação deve ser considerada na sua singularidade conforme a avaliação em termos de saúde, situação de desemprego, entre outras, diversificando as soluções, que para uns casos pode passar pelo Programa *Housing First*, e para outros por uma solução menos independente.

Mas ainda que seja essencial, não basta responder às necessidades das pessoas que actualmente se encontram em situação de sem-abrigo, é preciso diminuir a população sem-abrigo.

É tão importante capacitar a rede social para fornecer as respostas necessárias e satisfazer as exigências das pessoas sem-abrigo, quanto oferecer-lhes novas oportunidades de vida, e impedir o surgimento de novas situações.

Estamos apostados em alcançar uma cidade mais coesa, justa e desenvolvida, onde ninguém fique para trás, mais do que um desejo trata-se de uma missão com a qual estamos verdadeiramente comprometidos, e da qual não abdicaremos, hoje e sempre.”

Deputada Municipal Ana Mateus (PSD):

“Muito boa tarde, aos Senhores convidados, Senhor Presidente, Senhor Vereador, restante público.

O ser é a essência do humanismo e para isso é preciso ter para poder ser. Os direitos humanos elementares como o direito à vida, ao emprego, ao salário, à segurança social, ao ensino, à saúde, à habitação, são direitos que todos os homens e mulheres devem ter independentemente da idade ou da classe social.

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Todos temos uma responsabilidade colectiva, porque a pobreza não é uma situação marginal que só atinge os mais vulneráveis, é uma realidade social à qual qualquer um pode estar sujeito.

Traçar um plano é importante, ainda na semana passada onde decorreu aqui a 1.ª Sessão do Debate sobre a Pobreza, um elemento do público, trouxe-nos, um problema que importa resolver rapidamente, trata-se daqueles que não têm morada e a falta desta, implica a impossibilidade de emitir o cartão de cidadão, documento este importante para que uma pessoa possa desbloquear processos tais, como a celebração de um contrato de trabalho e puder assim começar a abrir caminhos para uma vida condigna.

Também na mesma Sessão um representante da Associação Crescer, veio contrariar aquilo que é muitas é vezes dito, “não existe sem abrigo que diga que não quer sair da rua. Todos querem sair da rua”.

Sabemos que existem equipas a trabalhar com vista a diminuir estas situações tão problemáticas, equipas de voluntários, técnicos de rua, os NAL (Núcleos de alimentação aos sem-abrigo) os Centros de Acolhimento de emergência, os *Housing First* e outros como a VITAE.

Também a UAPSA e o NPISA, têm tido um papel extremamente importante no combate e prevenção às pessoas em situação de sem-abrigo. Contudo não chega!

Assusta ir a determinados locais e encontrar pessoas a monte a dormir na rua, desde Santa Apolónia, Martim Moniz, Arroios, Cais do Sodré, aliás, também relatados pelos Presidentes de Junta.

Depois de ouvirmos vários relatos, e tal como o PSD disse na 6ª Comissão, concluímos que de facto, quem está a ser mais afectado com a questão das pessoas questão em situação de sem-abrigo, são as Juntas de Freguesia, porque é sem dúvida, onde se dirigem numa primeira instância a solicitar auxílio.

A título de exemplo, chegaram há uns dias atrás à Junta de Freguesia do Areeiro, duas mulheres sem-abrigo, tendo a Junta contactado com a linha de

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

emergência, para que lhes fosse atribuída dormida a estas senhoras, foi lhes comunicado que não havia camas disponíveis, acabando as mesmas por ir dormir ao Hospital de São José. Não podemos permitir que se repitam semelhantes episódios.

Também a Junta de Freguesia de Arroios, uma das pioneiras neste tipo de respostas para os sem-abrigo, por estar a desenvolver um projecto-piloto neste âmbito, tem um apartamento disponível para acolher quatro pessoas que estejam em situação de sem-abrigo, com balneários disponíveis para a higiene pessoal, para além da casada sopa dos pobres, que faz com que se concentrem ali todos, causando sérios problemas àquela Freguesia junto dos seus residentes.

Podemos concluir por um lado, que a concentração excessiva em Arroios, está a acontecer por não haver vários projectos-piloto espalhados pela cidade, e por outro lado, a concentração é também demonstrativa que este projecto-piloto poderá ser um sucesso na medida em que a adesão parece reunir as condições da sua procura. Contudo numa só Junta como está a acontecer com Arroios, torna-se insustentável.

Por isso, é nosso entender, que uma das formas de poder combater esta situação dos sem-abrigo, só pode ser com o apoio das Juntas de Freguesia, cabendo-lhe o papel de acolherem e acompanharem aqueles que os procuram, mas para isso, têm de ter os apoios necessários, nomeadamente condições de atribuição de acolhimento de dormidas em situação de emergência e tendo a Camara património disperso, cabe-lhe cooperar nesse sentido, cedendo parte desse equipamento a cada uma das Juntas para que quando se verifiquem estas situações problemáticas, se dê resposta imediata.

Para terminar, ajudar os sem-abrigo não é só tirá-los da rua, importa acompanhamento contínuo, até atingirem a integração e inclusão na sociedade e esta responsabilidade é de todos nós. Mais do que acabar com as pessoas em situação de sem abrigo, é conseguir trabalhar na prevenção.

Por isso é tempo de agir!

Como comecei acabo, temos uma responsabilidade colectiva! Obrigada.”

Deputada Municipal Graciela Simões (PCP):

“Boa tarde a todos, saudamos muito especialmente a Mesa e as suas Intervenções.

Esta estratégia de redução da população em situação de sem-abrigo tem apresentado muitas estratégias, desenvolvido muitos documentos, alguns com o recurso, a recursos que depois são abandonados, ou que ao serem implementados não são avaliados de forma a que tínhamos uma ideia de quais são as estratégias que têm melhores resultados.

Parece-me que há aqui uma falta de articulação entre os vários e muitos organismos, e instituições a trabalhar no terreno e com trabalho bastante grande e bem desenvolvido.

Nós sabemos que em relação aos sem-abrigo, pelo menos 25%, tiveram percursos em estabelecimentos de institucionalização, ora, isto prova que alguma coisa falhou e que não foi bem avaliado.

A população de sem-abrigo é um problema multidimensional, associadas a diferentes problemáticas, mas que na sua génese abarca três componentes essenciais.

Pobreza, habitação e saúde, qualquer uma das situações exigem opções políticas que a realidade demonstra ainda estamos muito longe deste desiderato.

Em relação à habitação, por exemplo, para esta população, o que é que foi feito até agora?

A estratégia nacional de integração das pessoas em situação de sem-abrigo, que já está no terceiro ano de estratégia, quantas casas foram atribuídas?

O programa municipal, por exemplo, previa cem casas até 2018!

Mas caso curioso na estratégia local de habitação apresentada e aprovada recentemente na Câmara, não consta a população sem-abrigo como uma prioridade, o que é um contra-senso, uma vez que o programa primeiro

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

direito a que se candidatam às Autarquias, tem como objectivo resolver as carências habitacionais mais prementes.

Em relação à saúde e que muito bem aqui e foi explicitado pelo Doutor António Bento, um dos grandes problemas é a falta exactamente de saúde mental, ou a existência da doença mental, onde se inclui adições e dependências, e por isso, eu acredito nestes 90%, dos sem-abrigo com estes problemas.

Mas havia um plano municipal de saúde, e qualidade de vida e bem-estar que estava ligado às cidades saudáveis, mas que nada se sabe do que é que foi feito desse programa, e no entanto, o Senhor Vereador do Pelouro, apresentou-nos um Novo programa que apresenta uma irrisória percentagem do orçamento para os Serviços Sociais, ora e sem nenhuma estratégia de diálogo, ou comunicação com as estruturas de saúde para a resolução dos muitos problemas.

Compreendemos que existe momentos de reactividade, e de situações de crise, de frio, ou calor, mas se não houver mudança de paradigma, não há soluções.

Está demonstrado que não são os albergues, nem os asilos que dão resposta a estas situações é preciso uma opção política de resposta às necessidades básicas de qualquer ser humano.

Portanto, em relação à falta de diálogo e comunicação que se nota, também há que haver algumas situações de mudança.

A prevenção, e a luta contra a gravidade e a brutalidade dos fenómenos que geram estas situações, são um empobrecimento em Portugal, e é indissociável da luta de rejeição de medidas anticonstitucionais, pela exigência de rupturas com políticas que afrontam os direitos mais básicos do ser humano.

Urge prioridades no desenvolvimento económico e social, a valorização dos salários e uma actuação das funções sociais do Estado, na segurança social, saúde e no ensino.

Disse!”

Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV):

“Muito boa tarde a todos.

A Câmara define “a pessoa em situação de sem abrigo como aquela que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e de saúde física e mental, se encontra sem tecto, a viver no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou em paradeiro em local precário, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito”.

Mas, quando procuramos na página web do Município qual o ‘Programa Municipal para a Pessoa Sem Abrigo’, a informação que recolhemos é que será para “brevemente”, é o que lá está escrito.

Porquê? Será por não ser prioritário? Será porque, apesar de o NPISA ter sido inaugurado em 2015, a Vereação se encontra incapaz de definir uma estratégia consistente de actuação e de redução da população em situação de sem-abrigo?

Também o Senhor Presidente da República afirmou, em 2017, que desejava ver erradicada até 2023, 2024, a situação de pessoas sem-abrigo. No entanto, já no início do ano corrente reconheceu que tal meta, não sendo impossível, seria difícil de alcançar.

Por seu turno, a Vereação, a partir de números do NPISA, estima ter havido “uma redução de 50% no número de pessoas em situação de sem-abrigo” nas ruas da capital entre 2015 e 2017. Só que, nas estatísticas de sem-abrigo deverão ser incluídas as pessoas em centros de acolhimento temporário, pois muitas, sem emprego certo, regressam à situação de viver na rua.

E é aqui que radica o cerne da questão!

Com efeito, num insuspeito Relatório da Comissão de Emprego e dos Assuntos Sociais da U.E. sobre “Políticas de rendimento mínimo enquanto instrumento de combate à pobreza” foram apontados os seguintes considerandos chave a ter em conta.

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Citamos: “Os sem-abrigo representam a forma mais extrema de pobreza e privação”. “As pessoas mais vulneráveis, como os sem-abrigo, sentem dificuldades no acesso aos regimes de rendimento mínimo”.

Segundo a Federação Europeia de Associações Nacionais que Trabalham com os Sem-Abrigo, “cerca de 4 milhões de pessoas em toda a U.E. vivem anualmente em situação de sem-abrigo, mais de 10,5 milhões de famílias sofrem de privação habitacional severa e 22,3 milhões de famílias enfrentam uma sobrecarga das despesas com a habitação, indicando que nela gastam mais de 40% do seu rendimento disponível”.

Donde, é fundamental ter acesso a regimes de rendimento mínimo suficiente para satisfazer as necessidades de base dos mais excluídos, como as pessoas sem-abrigo para que possam viver com dignidade, e que este rendimento deva ser considerado em conjunto com o direito de acesso a serviços públicos e sociais universais, onde os regimes de rendimento mínimo têm de assegurar a não perpetuação da dependência social e facilitar a inclusão na sociedade.

Impõe-se que os Estados corrijam os seus regimes para melhor abrangerem esses grupos sociais.

Para “Os Verdes”, a diminuição dos níveis de pobreza impõe a recusa de medidas de austeridade, que se combata à concentração de riqueza, crie investimento, se aumente o salário mínimo, melhorem reformas e prestações sociais, produza mais riqueza, distribuindo-a melhor.

Então um pequeno comentário extra à última da hora.

Gostaria de recordar um outro debate final do ano passado, um comentário na Mesa, de um dos convidados que se encontrava na Mesa: “se uma pessoa viver na rua com um animal de companhia, o sem-abrigo é o ser humano”.

Em suma, há que pugnar pela justiça social, combatendo as políticas anti-sociais e económicas de exploração do ser humano.

Muito obrigado Senhor Presidente.”

Deputada Municipal Isabel Pires (BE):

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

“Boa tarde a todos e todas, cumprimentar em primeiro lugar e em especial os Oradores e as Oradoras, e todas as informações que aqui nos deixaram, bem como algumas das associações, e organizações, que deixaram aqui o seu testemunho.

E, obviamente, estando este tema, e este debate que aqui tivemos hoje, também muito ligado com debate que tivemos na semana passada, também quando olhamos para este fenómeno, temos que olhar a através de várias vertentes, eu acho que ficou bem claro pelo menos pudemos, creio eu, seleccionar duas vertentes muito importantes, quando analisamos as situações de pessoas em situação de sem-abrigo.

Por um lado, a questão que está a priori daquilo que leva a que a pessoa possa vira estar numa situação de risco, ou que depois esteja efectivamente uma situação de sem-abrigo, e isso creio que tem muito que ver com as condições de vida, condições económicas, laborais, obviamente, tem um papel determinante, no facto de uma pessoa poder, ou não estar em situação de risco, mas também, e cada vez mais na cidade de Lisboa, a questão da crise habitacional é obviamente um eixo central nesta matéria.

Dizer também, que e relativamente a alguma da intervenção que aqui foi tida, parece-nos que olhar para este problema, e fazendo esta discussão, olhando para temas e problemas com uma desconfiança, e temos ouvido, e ouvimos especialmente isto, durante os anos da troika em que se olhava para quem tem acesso a prestações sociais de uma forma desconfiada.

Também ouvimos isso aqui hoje, e isso parece-me ser um ponto de partida absolutamente errado para este debate, e que obviamente, não ajuda a ir sequer ao fundo das causas, para os problemas existentes, e já agora chamar-lhe benefícios sociais é do meu ponto de vista completamente errado, não são benefícios, são prestações sociais, e logo desde aí denota, algum preconceito, quando se fala destas matérias, e acho que não é demais também colocar essa tónica.

Por fim, sobre o trabalho feito ao longo dos anos pelo Município de Lisboa, é de realçar também, e foi aqui referido que cada vez mais têm existido uma

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

tentativa de articulação, entre as várias organizações que estão no terreno, nas várias áreas, para que as respostas possam ser mais rápidas, mais eficazes, e que, acima de tudo se possa caminhar para a erradicação deste problema, falar-nos aqui também do NPISA, do futuro plano municipal para a erradicação da pessoa em situação de sem-abrigo.

Parece-nos relevante, e acho que temos que pensar bem nas necessidades que estes planos vão precisar a nível de orçamentos, a nível de pessoal, porque como bem foi dito, cada caso é um caso, e não podemos estar a olhar para estas pessoas, como um bolo inteiro, e que são todos iguais, e que têm todos o mesmo problema, ou que vêm todos do mesmo sítio, e que as soluções serão todas a mesma.

Isso necessariamente, implica à Assembleia Municipal, e ao próprio Executivo, até ao próprio Governo, dar os meios suficientes para que estes programas possam funcionar, e acima de tudo, haver um trabalho de avaliação de causas, porque é isso que vai ajudar a prevenir, e desse ponto de vista, acho que é absolutamente essencial caminharmos, para condições de vida económicas e laborais cada vez mais estáveis, e com salários cada vez mais alto.

Nós vimos aqui, e deram-nos o dado sobre os quatrocentos e sessenta e sete euros, relativamente ao limiar da pobreza, sabemos então muito bem o que é que temos que fazer, que é subir salários, para que, de facto, isso possa acontecer, e por outro lado, e mesmo para terminar, a questão da habitação e da crise habitacional na cidade de Lisboa.

Ontem mesmo aqui na Assembleia Municipal falámos sobre isso, a semana passada falámos também sobre isso, no debate sobre pobreza, é absolutamente urgente responder à subida, à escalada de preços, que também provoca muitas destas situações sem-abrigo, e portanto, aí esta Assembleia Municipal, a Câmara, o próprio governo têm ainda um caminho a fazer, mas acho que ficaram aqui pistas também importantes, nesse sentido.”

Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN):

“Muito boa tarde a todas e a todos.

Antes de mais saudar os Oradores, e os diferentes contributos de todos os intervenientes que aqui foram deixados hoje neste debate, e também na sua Sessão anterior, felicitar também o Partido Social Democrata, pela iniciativa que nos trouxe até esta Assembleia, uma vez que foi o grupo proponente.

E começar por dizer, obviamente que este debate nos convoca para o combate às desigualdades estruturais, é neste mesmo sentido que o PAN já aqui apresentou uma estratégia de combate à pobreza, quer no plano municipal, quer no plano nacional, e no caso, em particular das pessoas em situação de sem-abrigo, pelos contributos até que nos foram aqui deixados, começar por referir a necessidade que existe efectivamente de se criarem diferentes estruturas de resposta, a começar pelas casas partilhadas, pelo Housing First, um projecto que, de facto, é pioneiro, e que deve sero projecto estrutural para a recuperação da pessoa, enquanto entidade individual e humana, na sua dignidade.

E a esse respeito não podemos deixar aqui de referir, que sendo o orçamento para a cidade, uma ferramenta essencial e estruturante para apostarmos, e concretizarmos aquilo que é a nossa intenção política, que quando da discussão do orçamento, propusemos um valor muito concreto para dar resposta a esta necessidade.

Se tivermos em consideração que o custo anual para um projecto, como Housing First, estamos a falar de cinco mil euros por pessoa, a ano, isto daria cerca de 2,5milhões de euros, para conseguirmos as trezentas e sessenta e uma casas, o que corresponde às pessoas que estão em situação de sem-abrigo, ou seja em situação, de facto, sem tecto, e não falemos daquelas que estão a dormir em carros, ou outras soluções de habitação, para a cidade de facto ter no seu orçamento.

Esta proposta não foi aceite, no entanto, se queremos, de facto, apostar, poderíamos retirar, por exemplo, os vinte milhões que Lisboa vai destinar ao Hub Criativo do Beato, pois temos que, de facto, priorizar, este deve ser o

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

objectivo da cidade, o combate à pobreza, e às desigualdades estruturais, e as diferentes vulnerabilidades que ainda persistem.

Obviamente, que foram aqui também faladas outras questões muito importantes, como a questão das moradas, a questão da própria saúde e do reconhecimento das doenças mentais, que não se esgotam, de facto aqui, também temos questões de saúde oral, entre outras doenças, que também obviamente, são decorrentes desta condição.

A necessidade também de apostarmos em outros projectos, como os quiosques, os cacifos, há também aqui, de facto, outro tipo de situações, como nos foi trazida, e de facto, referida a questão do laço afectivo que existe entre as pessoas em situação de sem-abrigo e os animais de companhia, que representam cerca de 24% desta população, há de facto haver aqui respostas, que permitam através deste único laço existente retirar as pessoas da rua, permitindo o acesso à habitação e também nos planos de emergência com os seus animais.

Para além dessas respostas, obviamente e por termos a consciência que não existe uma única resposta, é necessária uma articulação entre as diferentes entidades, e trabalho desenvolvido pelas mesmas, tem de haver então a tal estratégia, de alguma forma nos possa vir a definir objectivos, e metas muito concretas a alcançar.

Este tem que ser um compromisso efectivo, de todas e todos, obviamente, que é retirar as pessoas, e reintegrá-las na sociedade, mas acima de tudo prevenindo aquilo que possam ser as situações de pobreza, e de exclusão social, e não deixarmos que as pessoas caiam nesta situação.

Deve de facto, haver aqui um apoio às situações de vulnerabilidade, assegurar o necessário eficaz acompanhamento social e médico, promover esta sinergia entre as diferentes estruturas de proximidade, e os recursos existentes, e promover acima de tudo a sua reintegração social e familiar através dos apoios que têm sido previstos, e que possam vir a ser dados.

Agradecer por fim, o trabalho inexcelável que as associações, entidades também governamentais, e os próprios particulares que têm feito na cidade,

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

no combate à pobreza, é incrível ouvir os testemunhos de algumas pessoas que já saíram da rua, e aquilo que constituí para elas um risco, e um perigo, é hoje, de facto, um prazer poderem estar dentro das suas casas.

E recordo-me de um testemunho em particular, que nunca queria deixar de o referir, de uma pessoa que esteve em situação de sem-abrigo e que dizia: "que quando vinha a chuva, o seu maior receio era de facto, estar na rua", e que hoje consegue estar dentro da sua casa, a ver a chuva cair, e retirar daqui a algum prazer.

Que este seja então o nosso desiderato, e que nos convoque para este combate à pobreza e à exclusão social, pelo valor da dignidade humana, e por aquilo que deve ser uma política humanista na nossa cidade.

Muito obrigada."

Deputado Municipal João Condeixa (CDS-PP):

"Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou tentar ser o mais breve possível.

Sobre a situação que hoje nos traz, há aqui uma realidade que nós temos que perceber, e tratar na sua génese, pois senão nunca terá solução.

E há aqui um ponto, que eu ouvi falar durante a tarde, que é, obviamente, que além dos desafios da pobreza que, de alguma forma conhecemos, e que sobre os quais temos alguns dados, existe em Portugal um problema de saúde mental que não queremos nem olhar, nem atender.

E porque é que eu digo isto! Porque Portugal não investe para prevenir, Portugal, não investe para tratar e Portugal não investe sequer para reabilitar.

E eu dou um exemplo: estes doentes que acham que não precisam sequer de tomar medicação, têm pensões de duzentos euros no máximo dos máximos, não podem, nem conseguem gerar os seus próprios rendimentos, têm como comparticipação dos seus anti psicóticos, menos de 100%, como a comparticipação de muitos outros medicamentos, como para diabetes, e outras patologias são a 100%, mas para estes doentes que não são capazes de gerar o seu rendimento, nós não os tratamos da mesma forma.

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Se somarmos a isto, o consumo de álcool e o consumo de drogas, como é que nos podemos espantar de ter tantos sem-abrigo?

É que nós não podemos, nem devemos, obviamente, abandonar os mais pobres na sua pobreza, mas nós não podemos de maneira nenhuma produzir mais pobres, mais pobreza e mais sem-abrigo, por falta de políticas de saúde mental.

Como também, obviamente, nós não podemos sem políticas públicas robustas de combate à pobreza, alcançar aquilo que nos propomos, e por isso, vamos aqui alguns pontos.

Eu diria que nós temos que prevenir primeiro, tratar e reabilitar.

Para prevenir já elenquei aqui alguns tópicos mas, para tratar, o esforço tem de ser de todos e com o máximo de informação possível, como ainda há pouco foi falado.

Primeiro, o diagnóstico. O que é que nós sabemos? Foi-nos dito pelo Vereador há uns meses, que o número de sem-abrigo baixa em Lisboa.

É preciso ter alguma cautela neste diagnóstico, porque isso são reportes de equipas de rua, que têm um esforço enorme, e que dão um enorme contributo, mas, como se viu, alguns estão nos hospitais, outros estão noutros concelhos: Amadora, Oeiras, e por isso nós temos que... o Henrique Joaquim falou nisso, de considerar toda a estratégia do ponto de vista metropolitano, e não só apenas em Lisboa.

Depois o modelo de intervenção. O ENIPSSA fala nisso e sugere, e a aplicação também é essa multidisciplinar e integrada.

Mas nós temos que, para além disto, ter um maior investimento, um maior investimento em recursos financeiros, que a Câmara Municipal não tem!

Eu não quero estar a culpar ninguém ou pôr o ónus em ninguém, mas vou ter que, obviamente, falar num ponto que tenho vindo várias vezes aqui a aflorar na Assembleia Municipal, que é: Lisboa vive numa redoma de competências nesta área social. Porquê?

Porque são as competências da Câmara Municipal de Lisboa, são as competências da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e são as

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

competências da Segurança Social... Sempre que dá jeito, as zonas cinzentas aumentam, e a competência não é de ninguém, é do outro, não é do outro, é daquele.

E quem é que de alguma forma vai respondendo nestes “gaps”, nestes espaços, e até com bastante agilidade? -As instituições sociais.

São as instituições sociais que estão no terreno, que muitas vezes superam o Estado e complementam o Estado naquilo que devia ser uma sua prioridade.

E é por isso que é tão importante ter aqui princípios de solidariedade; a estratégia municipal nesta área deve ser metropolitana e deve ser feita em concertação com todos.

E permitam-me um ponto, que é, que criando uma rede dos agentes, mas liderada por alguém, em vez de muitos estarmos dispersos, por que todos fazemos, todos queremos contribuir, mas senão tivermos alguém a agregar, e a liderar nós nunca seremos uma rede. É partilhando dados, e informação que também fortalecemos essa rede.

Terceiro ponto.

Se o ponto é o da reabilitação, eu não ouvi aqui falar de projectos de vida, nós temos que dar projectos de vida a quem está numa fase de reabilitação, nós temos que aproveitar o momento de crescimento económico para potenciar e evitar que estas situações se agravem. Eu acho muita piada ao Housing First; tenho algumas dúvidas, sei que é um projecto com resultados, sobretudo na Finlândia, mas na Finlândia eles têm a existência de tudo o resto!

Do tratamento, da reabilitação, do emprego, e eu deixem-me, permitam que diga só isto, que é: quem em Portugal está disposto a dar emprego ao um ex sem-abrigo, ou pessoa mesmo que não tenha sido sem-abrigo, que não tenha dentes, por exemplo? São raras as pessoas, como saberão... são raras! Por isso, nós temos sobretudo de dar respostas também a montante, porque retirar da situação de sem-abrigo é muito mais difícil do que deixar que nela caiam.

Muito obrigado.”

Deputado Municipal Miguel Graça (Independente):

“Muito boa noite Senhor Presidente da 6ª Comissão, Senhor Vereador dos Direitos Sociais, caros convidados da Assembleia Municipal para este debate, as organizações aqui presentes e caros colegas Deputados.

Em variadas ocasiões desde o início deste Mandato, os Deputados Municipais Independentes do Movimento Cidadãos por Lisboa, levantaram a problemática das pessoas em situação de sem-abrigo.

Culminariam, e aqui dirijo-me ao Senhor Vereador Manuel Grilo, a quem endereçamos esta recomendação, que foi aprovada em Novembro 2018, pelo reforço do acompanhamento das pessoas em situação de sem-abrigo.

Perguntámos sobre a continuidade, medidas iniciadas no Mandato anterior, que se encontravam previstas no Programa Municipal de 2016 a 2018, nomeadamente programas vocacionados para as áreas das dependências e doença mental, o incremento das vagas de Housing First, as respostas de alojamentos partilhados, e até de apartamentos cedidos pela própria Câmara Municipal, a criação de centros ocupacionais, o Espaço Porta Aberta no edifício do Município a recuperar existente no Beato, o projecto inserção profissional a um restaurante, a criação de pelo menos mais dois núcleos de apoio local, para além dos já existentes, a criação de uma plataforma de georreferenciação das pessoas situação de sem-abrigo, e o apoio a respostas inovadoras, como os cacifos solidários e os quiosques da saúde.

Pedimos o relatório de monitorização da implementação do Programa Municipal para as Pessoas em situação de sem-abrigo de 2016 a 2018, e pedimos também uma nova contagem do número de pessoas sem-abrigo na cidade de Lisboa.

Ainda não obtivemos estas informações, mas tivemos, de facto, a apresentação das directrizes de um novo plano municipal para 2019 a 2021,

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

por parte do Pelouro dos Direitos Sociais, e para nós isto é um facto importante que queremos realçar, que começa aqui uma estratégia.

No entanto, julgamos que ainda existe muito a fazer.

Na semana passada, por exemplo, no debate destinado ao combate à pobreza, percebemos que não existe uma estratégia clara relativamente ao combate à pobreza, porque ouvimos aqui da parte da Câmara, um conjunto, e um apanhado de vários programas que tinha, mas não uma estratégia delineada nesse sentido, e obviamente, até ouvimos e quis dar também esta nota ao Senhor Vereador.

O Director do Departamento de Direitos Sociais a dizer que o plano para os sem-abrigo já tinha iniciado, não pode ter iniciado porque primeiro tem que vir a esta casa, a Assembleia Municipal tem que o apreciar, e só depois é que ele estará aprovado, em vigor.

Ouvimos no fundo, sabemos também, e ouvimos que ele já foi enviado ao Senhor Presidente da Câmara, que aguarda ser agendado e, portanto, esperamos; isso é extremamente importante que aconteça.

Para terminar, dizer só, que ouvimos aqui muitas opiniões, mas para nós também é importante o papel da Câmara enquanto entidade pública, é importante que ele fique bem definido, e que na nossa opinião, se concretiza em duas directrizes muito importantes.

Conhecer e agir.

Para conhecer, precisamos de dados actualizados, que ainda não nos foram dados aqui pela Câmara Municipal, e para agir, precisamos de acções concretas.

Perguntamos assim, quais são as medidas concretas que a Câmara tem inscritas neste plano municipal e que pretende levar a cabo.

Obrigado.”

VII - CONCLUSÕES:

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Esta segunda sessão do Debate Temático do Combate à Pobreza e a Estratégia de Redução da População em Situação de Sem-abrigo, que se focou particularmente na questão da Estratégia representou uma oportunidade para auscultar especialistas, organizações, cidadãos, dirigentes políticos e outros actores que quotidianamente lidam com a questão das PSSA. Esta sessão teve especial relevância porque a CML, através da Vereação dos Direitos Sociais, preparava então a continuação da política originalmente traçada no PMPSA 2016-2018, no que se veio a retificar no PMPSA 2019-2023.

Ficou patente que há opiniões e convicções diferentes como, por exemplo, a sugestão da figura da “família de acolhimento” para os sem-abrigo, mediante voluntariado; ou políticas que integrem os animais de estimação das PSSA, aquando da procura de soluções de alojamento; também no que se refere à prevalência das causas: saúde mental / pobreza.

Porém, considera-se que nenhum dos actores se aterá às diferenças, aquando da construção de políticas/medidas/acções e que a vontade comum de trabalhar em conjunto e de absorver a diversidade de experiências servirá como base para a procura de soluções eficientes para a problemática social das PSSA.

Finalmente, ficou patente que a cidade carece fortemente e exige uma avaliação periódica do trabalho no âmbito das PSSA que tem sido desenvolvido no seu território e que, o simples facto de haver um tão grande número de instituições no terreno, dificulta a obtenção desta informação; Que para esta avaliação fundamental tem competências o Ministério da Solidariedade – agora fortemente capacitado para tal através do cabimento para a área previsto no OE 2020.

RECOMENDAÇÕES:

Face às intervenções e apreciação dos contributos emanados durante o debate temático, os deputados relatores da 1ª e 2ª sessões propõem à Assembleia Municipal de Lisboa que recomende à Câmara Municipal:

1. No âmbito da Cooperação e Planeamento

- a) Estabelecimento de protocolos com estabelecimentos de ensino superior onde haja cursos de psicologia/psiquiatria/medicina oral/enfermagem/serviço social, para uma abordagem transversal da problemática e introdução desta realidade, através dos respectivos estágios;
- b) Fomento da articulação das entidades da rede social tripartida (SCML, CML e Seg Social) nos trabalhos que desenvolvem no NPISA e com os restantes parceiros;
- c) Articulação do PMPSA 19-23 (em apreciação na AML), com o Plano de Desenvolvimento Social 2017-2020 (ponto 8, eixo 3); com o NPISA e com a ENIPSA;

2. No âmbito da Prevenção:

- a) Reforço da Prevenção, nomeadamente no que concerne às situações de fragilidade habitacional e/ou social que possam conduzir a situações de sem-abrigo;
- b) Apostar numa resposta articulada para a prevenção.

3. No âmbito da Implementação e Execução:

- a) Reforço da resposta de habitação, quer através da bolsa de fogos em habitação municipal (com apartamentos partilhados, numa bolsa criada para o efeito e articulação com as associações) quer na aposta decisiva no modelo “housing first”, cuja eficácia está comprovada internacionalmente e em fase de implementação;
- b) Aposta na formação de uma bolsa de emprego público apoiado;

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

- c) Requalificação dos centros de acolhimento de emergência e aumento do número de vagas, tal como nas unidades integrativas, para que ninguém fique na rua mais do que 24 horas;
- d) Criação de novos centros de acolhimento mais pequenos, face aos actuais existentes;
- e) Criação de novos Núcleos de Apoio Local com reforço de vagas desta resposta integrada (alimentação, acompanhamento de saúde, psicossocial);
- f) Articulação com as Juntas de Freguesia, para saber da utilização dos Balneários públicos e eventual necessidade de reforço e/ou requalificação dos mesmos;
- g) Implementação do Direito à Morada (Postal), conforme previsto no Art.º 12.º da Lei de Bases da Habitação – Lei n.º 83/2019, de 3 de Setembro;
- h) Monitorização da utilização dos Cacifos, para aferir da necessidade de reforço da infraestrutura;
- i) Reforço do acompanhamento especializado e reforço da resposta ao nível dos gestores de caso, designadamente através de "peer report programs";
- j) Fomentar a participação das PSSA, através da realização de um questionário;
- k) Reforçar a intervenção na área da saúde, com especial ênfase na saúde mental, e uniformizar procedimentos facilitadores do acesso e do acompanhamento destas pessoas;
- l) Agilizar os procedimentos para acesso ao Rendimento Social de Inserção;

4. No âmbito do Financiamento e Monitorização:

- a) Reforço de verbas com orçamentos consistentes quer no âmbito da Estratégia Nacional quer nos planos municipais, sob o risco de permanecerem enunciados de intenções;

6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

- b) Implementação da vertente das avaliações interna e externa (anuais) para introdução de correcções ou alterações ao plano, durante o período de vigência do PMPSA 19-23.

5. Promover o respeito pelas pessoas em situação de sem abrigo e pelos seus direitos fundamentais, protegendo os dados pessoais e retirando a natureza compulsiva às propostas de resposta (salvaguardado o quadro da saúde mental).

O presente relatório foi aprovado por unanimidade pelas forças políticas e deputados que exercem o mandato como independentes presentes na reunião.

Lisboa, 26 de fevereiro de 2020

Os Relatores

Isabel Pires (BE)

Diogo Moura (CDS-PP)

Teresa Craveiro (IND)

Francisco Domingues (PSD)

O Presidente da Comissão

Davide Amado